



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

*Exercício de 2018*

# ÍNDICE

---

	Pág.
1. Mensagem do Presidente	1
2. A APDP	
2.1. História	2
2.2. Visão, missão e valores	2
2.3. Áreas de intervenção & Certificações	3
2.4. Órgãos Estatutários da APDP	3
2.5. Organograma APDP	4
3. Áreas de intervenção	4
3.1. Clínica Multidisciplinar de Diabetes	4
3.2. Educação e Formação	7
3.3. Centro de Investigação	10
3.4. Social e Associativo	13
4. Agradecimentos	17
5. Relatório Económico-Financeiro	17
5.1. Análise Económico-Financeira	17
6. Proposta de Aplicação de Resultados	25
7. Anexos	26
8. Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização	50
9. Relatório Anual da Fiscalização Efetuada	52
10. Certificação Legal de Contas	64
11. Relatório e Parecer do Fiscal Único	68

## 1. Mensagem do Presidente

---

O ano de 2018 constituiu o segundo ano de mandato da atual Direção, que fica marcado por um novo passo dado no reconhecimento do carácter nacional que a APDP sempre teve e a sua integração no SNS, através da assinatura, no dia 14 de maio, de um compromisso de cooperação com a ACSS e as diversas Administrações Regionais de Saúde, para reforço da prevenção e controlo da diabetes em Portugal, durante os próximos cinco anos. Este acordo permitirá à APDP continuar a prestar cuidados às pessoas com diabetes, desde consultas a tratamentos ou exames, e alargar a sua rede de apoio geográfico, deixando de cingir-se à região de Lisboa e Vale do Tejo. Trata-se do reconhecimento da APDP com único centro de referência na área da diabetes em Portugal de carácter multidisciplinar.

No entanto não foi só a nível nacional que a APDP aumentou a sua notoriedade: a nossa candidatura foi aceite como membro consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU), tornando-nos a única organização portuguesa a participar na 3.ª reunião de alto nível das Nações Unidas relativamente à prevenção e ao controlo de doenças não transmissíveis.

Por outro lado, a APDP manteve-se na luta na área da prevenção, reforçando a literacia e educação para a saúde e a autogestão da pessoa com Diabetes, bem como defendendo e procurando estabelecer uma proximidade dos nossos serviços com a população, quer através de criação de espaços de interajuda, a que chamamos as casas da diabetes, quer através do fomento das parcerias com Municípios e comunidades locais, como seja Lisboa ou Sintra, de forma a percebermos e compreendermos cada vez melhor as reais necessidades das populações. Se intervirmos podemos mudar a história natural da Diabetes!

Para além da diferenciação que temos através da nossa clínica multidisciplinar, continuámos a reforçar a nossa aposta na formação quer das pessoas com diabetes quer dos profissionais de saúde, disseminando a nossa competência e *know-how* únicos.

O ano de 2018 fica caracterizado pela criação da nossa *start-up*, a Noscito, que realizará atividades de investigação e de prestação de serviços a projetos de investigação na área de prestação de cuidados de saúde de carácter preventivo, curativo e de reabilitação no âmbito da luta contra a diabetes. A APDP reforça a sua aposta na investigação científica, na inovação tecnológica e na transmissão de conhecimento e desenvolvimento das políticas de saúde, nomeadamente através da captação, direta ou indireta, de fundos comunitários.

A Direção luta diariamente em várias frentes para que as respostas aos desafios colocados pela Diabetes sejam mitigados, de forma a que possamos minorar ou mesmo eliminar as consequências nefastas da Diabetes na vida dos nossos utentes e familiares.

**José Manuel Boavida**

## 2. A APDP

---

### 2.1 HISTÓRIA

**1926** Fundada a 13 de maio pelo médico Ernesto Roma. É a associação de pessoas com diabetes mais antiga do mundo;

**1952** Torna-se membro associado da Federação Internacional de Diabetes;

**2002** Reconhecida como "instituição de superior interesse social" por despacho conjunto do ministério da saúde e ministério das finanças;

**2009** Nomeada centro de educação de excelência pela **Federação Internacional de Diabetes**;

**2011** Reconhecida como clínica de referência para o tratamento de crianças e jovens;

**2015** Certificada pelo Departamento de Qualidade da **DGS** com Acreditação da Qualidade de Nível BOM;

**2016** Condecorada com o título **Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique** pelo papel pioneiro e de constante luta pela causa da diabetes;

**2018** APDP aceite como membro consultivo da **Organização das Nações Unidas (ONU)**, tornando-se a única organização portuguesa a participar na 3ª reunião de alto nível das Nações Unidas relativamente à prevenção e ao controlo de doenças não transmissíveis;



### 2.2 VISÃO, MISSÃO E VALORES

#### Visão

A Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP) trabalha para que a diabetes não seja uma barreira para a qualidade de vida e para o bem-estar das pessoas que com ela lidam diariamente.

#### Missão

- Apoiar as pessoas com diabetes, seus familiares e cuidadores, prestando-lhes serviços clínicos e educativos de qualidade.
- Colaborar no desenvolvimento de políticas públicas e sociais centradas nos direitos e nas necessidades das pessoas com diabetes.

#### Valores

Capacitação, envolvimento, participação, responsabilidade, humanismo, solidariedade, equidade, igualdade e não discriminação do cidadão com diabetes.

## 2.3 ÁREAS DE INTERVENÇÃO & CERTIFICAÇÕES

### 2.3.1 Áreas de intervenção:



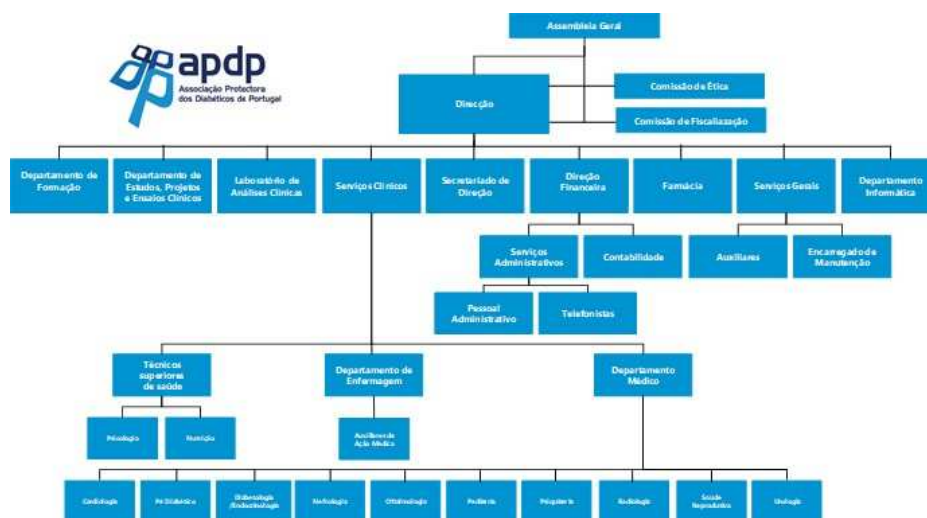
### 2.3.2 Certificações:

- **Serviços Clínicos da APDP** - Certificados pela **DGS**;
- **Pediatria** - **IDF** atribuiu certificação de Centre of Excellence in Diabetes Care e APDP distinguida pelo projeto europeu **SWEET** como Centro de Referência de Diabetes Pediátrica;
- **Processo de Rastreio de Retinopatia Diabética** - certificada pela **APCER**, segundo a norma ISO 9001:2015;
- **Laboratório de Análises Clínicas** - sistema de acreditação implementado segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025:2005 (Acreditação pelo **IPAC** - Instituto Português de Acreditação);
- **Departamento de Formação** - certificado pela **DGERT** - Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

## 2.4. ORGÃOS ESTATUTÁRIOS DA APDP

Assembleia Geral	Direção	Comissão de Fiscalização
<b>Presidente:</b> José Narciso Cunha Rodrigues <b>Secretário:</b> José Luiz Medina Vieira <b>Secretário:</b> Fernanda Isabel Moreira Fragoso	<b>Presidente:</b> José Manuel Boavida <b>Diretor Clínico:</b> João Filipe Raposo <b>Tesoureiro:</b> Horácio Marreiros Negrão <b>Secretário:</b> Maria Antónia Almeida Santos <b>Vogal:</b> Maria de Lurdes Serrabulho	<b>Presidente:</b> Alfredo José de Sousa <b>Vogal:</b> Maria Adelaide Canelas <b>Vogal:</b> Diniz Pinto Vieira

## 2.5. ORGANOGRAMA APDP



O número de pessoas do quadro a 31 de dezembro de 2018 é de 135 com a seguinte distribuição:

Quadro RH	2016	2017	2018
Médicos	24	23	24
Técnicos Superior de Saúde	9	10	11
Técnicos Diagnóstico e Terapêuticos	18	17	21
Enfermeiros	19	21	23
Administrativos	31	31	29
Auxiliares	30	28	27
Auxiliares de Acção Médica	15	15	16
Auxiliar dos Serviços Gerais	15	13	11
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>130</b>	<b>135</b>

## 3. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

### 3.1. CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR DE DIABETES

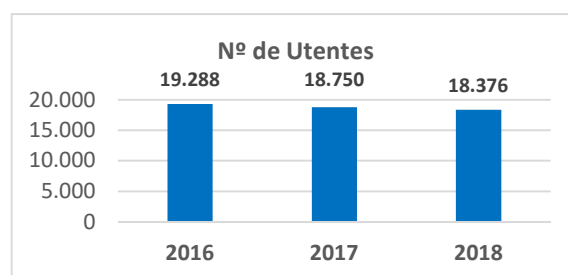
A Clínica Diabetológica presta cuidados integrados e diferenciados em áreas que cobrem, além da diabetologia propriamente dita, a nutrição, a pediatria, a oftalmologia, a cardiologia, a podologia, a nefrologia (a hemodiálise), a urologia, a saúde reprodutiva, saúde mental, cirurgia oftalmológica e colocação de bombas de insulina. A clínica posiciona-se entre os Centros de Saúde e as Unidades Hospitalares com internamento, numa ótica de apoio e complementaridade ao Serviço Nacional

de Saúde e aos subsistemas, aos beneficiários de Seguros de Saúde ou às pessoas que a procuram a título particular.



#### A clínica da APDP em números:

Nº de Beneficiários dos serviços prestados pela APDP:



Nº de Primeiras e consultas subsequentes por entidade:

Entidade	2016		2017		2018	
	Primeiras	Subsequentes	Primeiras	Subsequentes	Primeiras	Subsequentes
<b>ARS</b>	3 410	37 466	3 010	35 123	3 140	36 663
<b>Particular</b>	146	221	140	255	154	251
<b>Seguro</b>	249	850	270	939	306	1258
<b>Subsistema</b>	813	7 113	801	7 199	640	7299
<b>Total</b>	<b>4 618</b>	<b>45 650</b>	<b>4 221</b>	<b>43 516</b>	<b>4 240</b>	<b>45 471</b>

Nº de Primeiras e consultas subsequentes por especialidade:

Especialidade	2016		2017		2018	
	Primeiras	Subsequentes	Primeiras	Subsequentes	Primeiras	Subsequentes
Anestesiologia	0	82	1	90	0	73
Angiologia	17	28	28	51	34	70
Cardiologia	275	1.167	231	1.014	266	1.020
Cirurgia da Obesidade	-	-	-	-	4	0
Diabetes Pé	260	2.852	287	2.756	375	2.625
Diabetologia	1.757	19.559	1.559	19.307	1.525	20.073
Nutrição	572	3.713	530	3.876	409	4.700
Diabetologia - Bombas de Insulina	2	108	6	196	9	848
Diabetologia - Pediatria	128	2.629	151	2.187	148	2.427
Endocrinologia	85	138	70	153	75	164
Nefrologia	191	908	181	828	140	887
Oftalmologia	1.102	13.266	954	11.780	985	11.246
Psicologia	48	243	48	290	70	497
Psiquiatria	78	333	73	365	61	285
Radiologia	0	8	0	2	0	2
Saúde Reprodutiva	1	270	0	268	1	218
Urologia	102	346	102	353	138	336
<b>Total</b>	<b>4.618</b>	<b>45.650</b>	<b>4.221</b>	<b>43.516</b>	<b>4.240</b>	<b>45.471</b>

Nº de Análises do Laboratório:

Valência	2016	2017	2018
Hematologia	7 055	6 543	6 244
Hemostase	473	314	256
Bioquímica	209 563	199 841	190 450
(HbA1c)	(25926)	(25037)	(25794)
Imunologia/Endocrinologia	8 139	7 850	7 792
Microbiologia	369	374	392
<b>Total Análises</b>	<b>225 609</b>	<b>214 922</b>	<b>205 134</b>

Durante o ano de 2018 foram efetuadas 27.082 colheitas, o que correspondeu a um aumento de 3,8% em relação ao número de pessoas com diabetes atendidas pelo laboratório em 2017 e a realização de um total de 205.134 análises.

Pé Diabético:

O departamento de Pé Diabético em 2018 aumentou a diversidade da sua prestação de serviços, através da implementação de dois projetos vencedores de um concurso público da DGS, aprovados no ano de 2017. Os projetos PEDIAP e PEDIAB permitiram aumentar muito substancialmente a prestação de cuidados ao pé diabético no exterior das instalações da APDP.



Estes projetos permitiram a prestação de cuidados a pessoas com diabetes em ERPIs (lares), centros de dia e domicílio nos concelhos de Sintra, Loures e Odivelas. Foram envolvidas 340 pessoas, e 925 atendimentos individuais, dos quais: 340 rastreios e 585 tratamentos: 537 quiropodias; 76 tratamentos a onicocriptose; 17 ortóteses; 44 tratamento de feridas; 108 sessões de educação; 21 avaliações de IPTB. O número de pessoas com ferida foi 19 (apenas 4 pessoas tinham ferida no último dia). Receberam ainda formação cerca de 193 cuidadores, em 25 sessões.

O projeto pioneiro na prestação de cuidados de saúde no exterior, no terreno desde fevereiro de 2007, com a prestação de cuidados de pé diabético ao domicílio na cidade de Lisboa, teve pela primeira vez o reconhecimento da sua importância através da atribuição de um financiamento parcial pelo RAAML, da responsabilidade da câmara Municipal de Lisboa. Destaca-se neste projeto a abrangência de 20 das 24 freguesias da cidade de Lisboa, as 43 pessoas assistidas e as 213 visitas efetuadas.

### **3.2. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

A APDP realiza cursos de formação para profissionais de saúde e para pessoas com diabetes e familiares desde 1974. Ao longo destes anos desenvolvemos o Departamento de Formação e temos criado novos cursos, reorganizado outros, introduzido novas tecnologias e dinâmicas de grupo, com base nas avaliações dos cursos realizadas pelos participantes. Os nossos destinatários são profissionais de saúde, utentes e os seus cuidadores.

A formação contínua dos formadores da APDP tem sido realizada também através da experiência dos nossos Congressos de Educadores em Diabetes e dos nossos Seminários de Educação na Doença Crónica, o que tem permitido a toda a equipa multidisciplinar o desenvolvimento da interdisciplinaridade e de competências pedagógicas com utilização de metodologias ativas.

A Certificação de Qualidade de Formação pela DGERT tem contribuído como reforço positivo para todo o trabalho desenvolvido nesta área. A equipa de 48 formadores é constituída por profissionais das áreas de medicina, enfermagem, nutrição e dietética, psicologia, podologia e educação física.

Os números de 2018 nesta área são os seguintes:

**Formação para pessoas com diabetes (Total - 732 formandos):**

CURSOS	Datas
Curso para Pais de crianças com diabetes tipo 1-12h	19/04/2018   20/04/2018
Encontro entre pais – NJAPDP – 2h	08/02/2018   12/04/2018   21/06/2018
Encontros do Núcleo Jovem da APDP -2h	31/01/2018   28/02/2018   26/04/2018
	30/05/2018   27/06/2018   25/07/2018
	26/09/2018   31/10/2018   28/11/2018
	10/01/2019   14/03/2018   16/05/2018
Escolas-Cuidados à criança e jovem com diabetes t1 com tratamento c/bomba insulina- 4h	12/09/2018   17/10/2018   21/11/2018
	12/12/2018   19/12/2018
Escolas-Cuidados à criança e jovem com diabetes t1 com tratamento c/ múltiplas injeções- 4h	21/02/2018   4/4/2018
	27/06/2018   31/10/2018
Pessoas com diabetes t1 – 12h	9/04/2018   10/04/2018
Conversas de Diabetes para Pessoas c/DM2 – 12h	19/01/2019   26/01/2018   2/2/2018
	9/02/2018   16/02/2019   23/02/2018
	27/04/2018   4/5/2018   11/5/2018
	18/05/2018   25/05/2018   1/06/2018
Atividade física p/ Pessoas com DM2 no GCP – 6h	23/03/2019   28/02/2018
Cuidados Pessoas Idosas com Diabetes / Entrajuda 4h	25/01/2019   22/02/2018   24/05/2018
	21/06/2018   25/10/2018
Sábados desportivos na Quinta Conchas -2h30	06/01/2019   20/01/2019   3/02/2018
	17/02/2018   03/03/2018   17/03/2018
	17/03/2018   7/04/2018   21/04/2018
	5/5/2018   19/05/2018   2/6/2018
	16/06/2018   07/07/2018   21/07/2018
	1/09/2018   15/09/2018   06/10/2018
	20/10/2018   3/11/2018   17/11/2018
	1/12/2018   15/12/2018

**Formação para profissionais de saúde (Total - 202 formandos):**

CURSOS	Datas
Diabetes – 18h	19-21 Março
	4-6 Junho
	1-3 Outubro
Curso Terapêutica na Diabetes tipo 2 – 12h	15-16 Novembro
Prevenir e Controlar a Diabetes -30h	15-19 Outubro
Insulinoterapia na diabetes tipo 2-12h	21-22 Maio
	24-25 Setembro
Pé Diabético-30h	19-23 Março
	21-25 Maio
	17-21 Setembro
Educação Terapêutica na Diabetes-12h	26-27 Novembro
Psico-Educacional na doença crónica-36h	5,6,12,13,19,20 Novembro
Avançado de Diabetologia clínica – Médicos-30h	8-12 Outubro
Avançado de Diabetes – Enfermeiros-30h	22-26 Outubro
Avançado Pé diabético-18h	18,19,20 Junho
	3,4,5 Dezembro
Sistemas perfusão contínua insulina-18h	24,25,26 Setembro

#### Formação externa para profissionais de saúde:

Formações	Data
Curso Insulinoterapia e Curso de Diabetes e Educação Terapêutica / Hospital Torres Vedras	14 de Setembro
	24 de Outubro
Curso Aconselhamento Alimentar na Diabetes Angra do Heroísmo - Açores	5 e 6 de Novembro
Sessões “MAIS”- Médis	5 de Novembro
	19 de Novembro
2º Congresso Nacional da APDP e 11º de Educadores	22,23,24 Novembro
Formação Monitores “mede a tua doçura” / Médis	19 de Janeiro
Mapa de Conversação para Formadores	31 de Janeiro
Curso Formação em Diabetes / Mundipharma	13 e 14 de Março
Curso de Neuropatia diabética / Merck- Multicom	16 de Março
	21 de Março
	11 de Maio
	24 de Maio
	7 de Novembro
	14 de Novembro
Curso Real World Diabetes@APDP2018 / AstraZeneca	11 de Maio
Formação Eco-Sistema One Touch Reveal	20 e 21 Junho
	5 de Julho
Diabetes School / Lilly e Boehringer	25-29 Junho
	10-14 Dezembro
Curso Insulinoterapia /Ascência	6-7 Setembro
	29-30 Novembro
Diabetes Patients’ Training Courses	25 de Novembro a 2 Dezembro

### Estágios:

No ano 2018, foram efetuados 57 estágios tendo abrangido 57 profissionais de saúde, com a carga horária total que ascendem a mais de 14 mil horas nas mais variadas especialidades da APDP.

### 3.3. CENTRO DE INVESTIGAÇÃO

O ano de 2018 fica marcado pela criação da nossa *start-up*, a **Noscito**, que realizará atividades de investigação e de prestação de serviços a projetos de investigação na área de prestação de cuidados de saúde de carácter preventivo, curativo e de reabilitação no âmbito da luta contra a diabetes, incluindo, sem limitação, as áreas de:

- a) prestação de apoio, vigilância e consultas médicas a cidadãos com diabetes;
- b) desenvolvimento de atividades de prevenção primária e rastreios populacionais de diabetes e complicações associadas;
- c) formação de profissionais de saúde no campo da diabetologia;
- d) exploração de estabelecimentos de saúde;
- e) fomento de estudos e experiências científicas que incidam sobre a diabetes.

Com a criação da Noscito, a **APDP** reforça a sua aposta na investigação científica, na inovação tecnológica e na transmissão de conhecimento e desenvolvimento das políticas de saúde, nomeadamente através da captação, direta ou indireta, de fundos comunitários.

Considerando a prevenção como uma das formas essenciais de luta contra o aumento da diabetes tipo 2, em idades cada vez mais precoces, a **APDP** esteve envolvida na definição de uma estratégia europeia de prevenção da diabetes (**IMAGE**), no desenvolvimento de uma intervenção em adolescentes em risco, e respetivas famílias, em meio escolar (**PRE-START**), e na sistematização de uma política de cuidados integrados para os idosos com diabetes tipo 2 (**MANAGE CARE**). Em termos de inovação tecnológica, a APDP participa atualmente em dois projetos do Portugal2020 com esse enfoque, desde o desenvolvimento e teste de novos sensores e biomarcadores (**BIO4DIA**) ao melhoramento das soluções de apoio à decisão clínica na retinopatia diabética (**EYESightCAD**).

Na área da diabetes pediátrica, a **APDP** participou na definição de um programa de formação para profissionais de saúde que contactam diretamente com crianças com diabetes tipo 1 e seus cuidadores (**EU-CDEC**), é membro-fundador da rede que valida os centros de referência da diabetes pediátrica (**SWEET**) e participa na rede europeia de referência em condições endócrinas

raras (**ENDO-ERN**). Finalmente, e proporcionando uma visão global da questão da gestão das doenças crónicas não-transmissíveis a nível nacional e europeu, a **APDP** tem participado nas Ações Conjuntas lançadas pela Comissão Europeia para o efeito (**CHRODIS e CHRODIS PLUS**), tendo inclusivamente integrado o Conselho Executivo do **CHRODIS**.

Em 2018 estabeleceram-se novas parcerias institucionais e reforçaram-se as já existentes, destacando-se alguns protocolos de colaboração com o objetivo de reunir as condições necessárias ao início ou à continuidade de estudos, ensaios e projetos de investigação e de intervenção, entre outras iniciativas. Projetos a destacar que tiveram o seu início em 2018:

#### **EYESightCAD, Eye Sight Computer Aided – Diabetic Retinopathy**

**Início:** Novembro de 2018

**Objetivo:** Desenvolvimento e teste de apoio informático à análise de retinografias.

#### **Projeto de Demonstração da Literacia em Saúde**

**Início:** Setembro de 2018

**Objetivo:** realizar um projeto de demonstração de literacia em saúde que promova a boa governança local, e que faça uso dos mecanismos disponíveis para promover a literacia em saúde, com vista à prevenção da diabetes e das suas complicações e ao bem-estar da população. Desta forma, será desenvolvido um projeto de demonstração da efetividade de uma intervenção em literacia em saúde, baseado na abordagem Ophelia para a promoção de estilos de vida saudáveis e melhoria do controlo da diabetes.

#### **FOIE-GRAS**

**Início:** Maio de 2018

**Objetivo:** Investigação científica e sensibilização de profissionais e cidadãos para a importância do fígado gordo não-alcoólico. Intercâmbio de profissionais no âmbito da formação pós-graduada.

#### **APEC**

**Início:** Junho de 2018

**Objetivo:** Este é um projeto que pretende apoiar 50 pessoas com diabetes com diagnóstico de baixa-visão e/ou perda de visão em idade adulta (40 residentes na Grande Lisboa e 10 no Alentejo).

As atividades que integram o projeto visam globalmente a promoção da saúde, o controlo da doença, a reabilitação e a integração social dos beneficiários, desenvolvendo-lhes a confiança, autonomia e independência no seu contexto habitacional e social.

### Estudos e ensaios clínicos

Em 2018, este departamento deu início a 3 ensaios clínico, estando em curso em curso 6 ensaios clínicos:

Estudos/ Ensaios	On Going	Data de Abertura	Data de encerramento
CARMELINA			18/05/2018
SONAR			19/09/2018
FIDELIO	X		
FIGARO	X		
BI 1245.72			21/03/2018
Ascend 200808	X		
SCORED		07/05/2018	
DINAMO		27/06/2018	
CEMA-EMPADINE		20/09/2018	

**Fidelio** - Ensaio de fase III, aleatorizado, com dupla ocultação, controlado com placebo, de grupos paralelos, multicêntrico e orientado pela ocorrência de eventos para avaliar a eficácia e a segurança da finerenona, associada ao tratamento padrão, na progressão da doença renal em participantes com diabetes mellitus tipo 2 e diagnóstico clínico de nefropatia diabética.

**Figaro** - Ensaio de fase III, aleatorizado, com dupla ocultação, controlado com placebo, de grupos paralelos, multicêntrico e orientado pela ocorrência de eventos para avaliar a eficácia e a segurança da finerenona, associada ao tratamento padrão, na redução da morbilidade e mortalidade cardiovascular em participantes com diabetes mellitus tipo 2 e diagnóstico clínico de nefropatia diabética.

**Ascend** - Ensaio de fase III, aleatorizado, em regime aberto (oculto para o Promotor), controlado com substância activa, de grupos paralelos, multicêntrico, orientado por eventos em doentes sem diálise com anemia associada, à doença renal crónica para avaliar a segurança e eficácia do Daprodustat em comparação com Darbepoetina alfa.

**Scored** - Estudo multicêntrico, aleatorizado, controlado por placebo, de grupos paralelos e realizado em dupla ocultação, para demonstrar os efeitos da Sotaglifozina sobre acontecimentos cardiovasculares e renais em doentes com diabetes tipo 2, factores de risco cardiovascular e insuficiência renal moderada.

**Dinamo** – Ensaio em dupla ocultação, aleatorizado, controlado por placebo, em grupos paralelos, para avaliar a eficácia e a segurança da Empagliflozina e da Linagliptina após 26 semanas de tratamento, com período de extensão de segurança do tratamento ativo em dupla ocultação até 52 semanas de tratamento, em crianças e adolescentes com diabetes mellitus tipo 2.

**Empadine** - Ensaio clínico aleatorizado, com dupla ocultação, controlado por placebo, para determinar a segurança e eficácia de EMA401, 100 mg b.i.d., na redução da pontuação média de intensidade da dor ao longo de 24 horas em doentes com neuropatia diabética dolorosa (EMPADINE).

Foi igualmente dado suporte logístico para a realização de vários estudos académicos e projetos levados a cabo, tanto por colaboradores da APDP, como pessoal externo, mas sempre com a supervisão e estreita colaboração deste departamento.

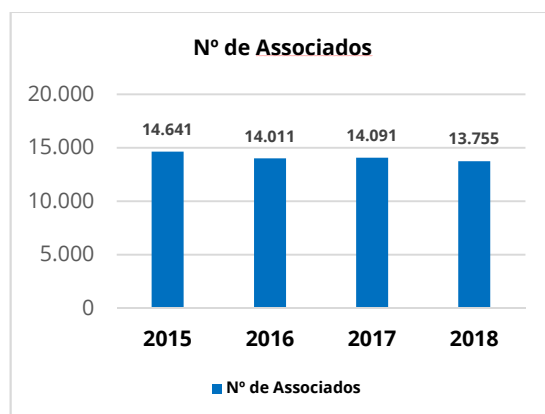
Todas as atividades desenvolvidas foram realizadas em consonância com os pareceres ditados pela Comissão de Ética para a Saúde da APDP.

### **3.4. SOCIAL E ASSOCIATIVO**

A intervenção social e associativa da APDP continua a ser uma das suas vertentes prioritárias, marcada fundamentalmente pela promoção de momentos de partilha de experiências e de conhecimento entre os diferentes agentes da comunidade da diabetes.

#### **Evolução do número de associados:**

O número de associados da APDP evoluiu conforme o gráfico abaixo ilustra:



### Casas da Diabetes

As denominadas Casas da Diabetes pretendem funcionar como espaços mais próximos, onde se possam fazer sessões de educação em grupo e de interajuda, e aos quais as pessoas com diabetes e seus familiares podem recorrer para partilhar experiências e esclarecer dúvidas, aprender a cuidar de si e até ajudar outros a viver bem com a doença. A base para a criação destas casas assentará em parcerias a estabelecer entre a APDP e instituições locais, numa combinação de vontades recíprocas tendo em conta as necessidades, as oportunidades e os recursos existentes. O modelo para as Casas da Diabetes inclui um plano de ações a desenvolver em conjunto com as instituições parceiras, numa ótica de proximidade e de continuidade. Em 2018 realizaram-se várias sessões na Junta de Freguesia do Areeiro.

### Núcleo Jovem

Em 2018 realizaram-se as seguintes atividades do núcleo jovem:

- 10 "Encontros NJA" dirigidos a jovens e adultos com diabetes tipo 1 e seus familiares, com um total de 164 participantes;
- 3 Encontros "Conversas entre pais", dirigidos a pais e cuidadores de crianças e jovens com diabetes tipo 1, com um total de 20 participantes;
- Organização da Expedição ao Monte Perdido, Pirinéus (Espanha) para adultos com diabetes tipo 1, de 8 a 12 de junho de 2018, com 25 participantes;
- Co-organização e participação nos treinos da equipa de futsal DiabPT United;
- Participação no IDF Europe Youth Camp de 8 a 14 de junho de 2018 na República Checa, com a presença da participante Inês Inácio e do palestrante João Nabais.

### Principais eventos realizados em 2018:



## **1.º Encontro “O Coração da Diabetes”**

**16 e 17 de fevereiro**

**Local: SUD, Lisboa**

Organizado pela APDP, com o patrocínio científico da Sociedade Portuguesa de Cardiologia e da Sociedade Portuguesa de Diabetologia, este encontro surge em resposta à complicação da doença vascular na diabetes e o programa científico foi pensado com o objetivo de promover a conjugação de esforços entre as áreas da Diabetes e do Coração.

Estiveram presentes mais de 300 especialistas em Diabetologia e Cardiologia.

## **Sessão Pública “A Diabetes para além dos números”**

**27 de fevereiro**

**Local: Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL)**

Apresentação e discussão dos resultados do DAWN 2, o primeiro estudo nacional que analisou atitudes, desejos e necessidades na diabetes de pessoas que vivem com esta doença, bem como dos seus familiares e cuidadores.

Desenvolvido pela APDP, em parceria com a Novo Nordisk, o trabalho envolveu cerca de 540 participantes, entre as quais pessoas com diabetes tipo 1 e tipo 2, familiares e cuidadores.

A sessão pública, organizada com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e do CIUL, contou com a presença de 110 pessoas.

## **19.º Seminário de Educação na Doença Crónica**

**5 a 7 de abril**

**Local: Hotel do Mar, Sesimbra**

“Liberdade e (In)dependência!” foi o título da 19.ª edição deste seminário da APDP. Durante 2 dias 60 profissionais de saúde exploraram e discutiram a problemática da Tecnologia e do seu papel facilitador mas também dos fatores que podem condicionar a nossa liberdade e mesmo invadir a nossa privacidade.

## **92.º Aniversário da APDP**

**14 de maio**

**Local: APDP**

No dia do seu 92.º aniversário, a APDP organizou uma sessão solene para assinalar a assinatura do compromisso de cooperação entre a APDP, a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e as Administrações Regionais de Saúde (ARS) – Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

A sessão contou com a presença do Senhor Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que homologou a declaração conjunta.

### **Grande Encontro da Diabetes**

**26 de maio**

**Local: Fórum Lisboa e Jardim Fernando Pessa**

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia do Areeiro, a APDP assinalou os seus 92 anos de existência com o Grande Encontro da Diabetes.

Neste evento, lúdico e educativo, participaram cerca de 600 pessoas com diabetes de todas as idades, familiares e amigos.

### **Conferência “Diabetes e Família”**

**14 de novembro**

**Local: Sala do Arquivo dos Paços do Concelho de Lisboa**

Para assinalar o Dia Mundial da Diabetes, e inserida no programa de atividades que a APDP organiza em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa e outras entidades, aconteceu a Conferência “Diabetes e Família”, onde se abordou a questão do impacto da doença na família. Assistiram à iniciativa cerca de 80 pessoas.

“Diabetes e Família” foi o tema escolhido pela Federação Internacional da Diabetes para os anos 2018 e 2019.

### **Caminhada do Dia Mundial da Diabetes**

**17 de novembro**

**Local de partida: Terreiro do Paço, Lisboa**

4.ª edição de uma atividade desportiva que reúne centenas de pessoas com diabetes, familiares e amigos, numa caminhada noturna pelos miradouros de Lisboa.

Esta atividade é uma organização conjunta entre a APDP, a Câmara Municipal de Lisboa e outras entidades da área da diabetes.

### **2.º Congresso Nacional APDP e 2.º Congresso Pé Diabético**

**22 a 24 de novembro**

**Local: SANA LISBOA Hotel**

Evento científico que reuniu cerca de 400 profissionais, entre médicos, enfermeiros, nutricionistas, farmacêuticos e outros profissionais que integram equipas multidisciplinares e lidam diariamente com a diabetes.

O programa científico foi organizado entre reuniões plenárias, grupos de trabalho e reuniões sectoriais e teve como tema principal o Pé Diabético.

## 4. AGRADECIMENTOS

---

Em primeiro lugar, a Direção gostaria de enaltecer e agradecer a todos os que apoiam o dia a dia da APDP, particularizando os nossos trabalhadores, pela dedicação, envolvimento e contributo inestimável que dão, no seu acompanhamento próximo a todos quantos nos procuram e que com tanto esforço e empenho ajudamos na sua luta contra Diabetes.

Agradecemos também a todos os parceiros, desde instituições públicas, privadas e todos os parceiros institucionais, nacionais ou internacionais, que apoiam e contribuem para o desenvolvimento sustentável desta associação.

Aos nossos utentes deixamos uma palavra de compromisso na prossecução da nossa missão de apoiar as pessoas com diabetes, seus familiares e cuidadores, prestando-lhes serviços clínicos e educativos de elevada e contínua qualidade.

## 5. RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

---

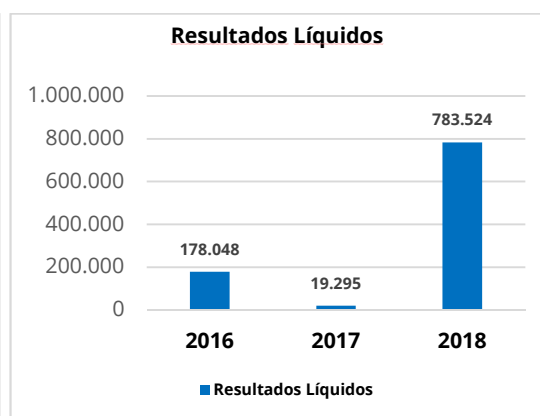
### 5.1 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O exercício económico de 2018 da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP) reflete a atuação da Direção durante o mandato vigente, da qual salientamos os seguintes factos ocorridos:

- Apuramento de Resultado Operacional que representa 6,5% do valor de Proveitos Operacionais em 2018;
- Crescimento do volume de negócios da farmácia (+68,65%);
- Arrendamento da Escola da Diabetes;
- Criação de duas imparidades: i) sobre os valores faturados a ARSLVT que excedem o Acordo de Cooperação estabelecido no montante apurado em 2017 de 97.251 euros, dada a irrecuperabilidade deste montante; ii) sobre valores de cobrança duvidosa de utentes pelo montante de 13.643,06 euros;

- Reversão da provisão para valores do protocolo ARS LVT: Em 2018, a APDP recebeu os resultados das auditorias dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, cujos resultados foram favoráveis e levam a que o potencial valor devido à ARS seja de 217 118,75 euros pelo que a provisão criada em 2017 teve de ser ajustada em 522 754,10 €;
- Do lado dos custos realçamos o acréscimo no CMVMC derivado do crescimento registado na farmácia (+ 52%) e nos gastos com pessoal (+2% fruto de novas contratações e de 2 indemnizações);
- Concluimos desta forma o exercício do ano de 2018, com um apuramento do resultado líquido do período de 783.524 eur.

	Prov. Operacionais	Custos Operacionais	Resultado Operacional	Resultado Líquido
<b>2016</b>	8 557 634	7 384 169	1 173 465	178 048
<b>2017</b>	8 259 886	7 578 084	681 801	19 295
<b>2018</b>	9 202 738	8 607 805	594 934	783 524



### Demonstração de Resultados por natureza

Através da principal demonstração financeira, a demonstração de resultados por natureza, é possível verificar como se obteve o resultado do exercício:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2016	2017	2018	Crescimento %		Peso %	
				2017-2016	2018-2017	2017	2018
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>8 557 634</b>	<b>8 259 886</b>	<b>9 202 738</b>	11%		100,0%	100,0%
Vendas e serviços prestados	6 648 391	7 117 198	8 119 573	14%		86,2%	88,2%
Subsídios, doações e legados à exploração	350 419	36 507	31 998	-12%		0,4%	0,3%
Outros rendimentos e ganhos	1 558 823	1 106 181	1 051 168	-5%		13,4%	11,4%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>7 384 169</b>	<b>7 578 084</b>	<b>8 607 805</b>	14%		88,6%	93,5%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 784 440	2 046 667	3 106 372	52%		24,8%	33,8%
Fornecimentos e serviços externos	1 897 248	1 762 564	1 776 348	1%		21,3%	19,3%
Gastos com o pessoal	3 595 121	3 521 598	3 592 071	2%		42,6%	39,0%
Outros gastos e perdas	107 360	247 255	133 013	-46%		3,0%	1,4%
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>	<b>1 173 465</b>	<b>681 801</b>	<b>594 934</b>	-13%		8,3%	6,5%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	199			0%		0,0%	0,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	739 873	436 182	-411 860	-194%		5,3%	-4,5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	255 259	226 520	223 645	-1%		2,7%	2,4%
<b>Resultado operacional (EBIT)</b>	<b>178 135</b>	<b>19 099</b>	<b>783 149</b>	4000%		0,2%	8,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 385	203	375	85%		0,0%	0,0%
<b>Resultados antes de encargos financeiros e impostos</b>	<b>179 520</b>	<b>19 302</b>	<b>783 524</b>	3959%		0,2%	8,5%
Juros e gastos similares suportados	1 472	8	0	-100%		0,0%	0,0%
<b>Resultados antes de imposto</b>	<b>178 048</b>	<b>19 295</b>	<b>783 524</b>	3961%		0,2%	8,5%
Imposto estimado para o período	0	0	0	0%		0,0%	0,0%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>178 048</b>	<b>19 295</b>	<b>783 524</b>	3961%		0,2%	8,5%

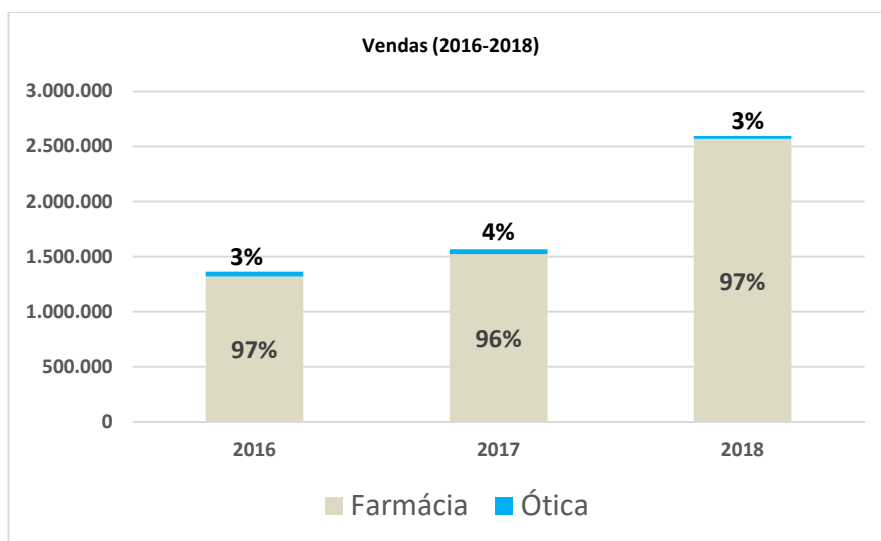
## Proveitos Operacionais

PROVEITOS OPERACIONAIS	2016	2017	2018	Crescimento%		peso%	
				2017	2018	2017	2018
<b>VENDAS</b>	<b>1 363 038</b>	<b>1 566 878</b>	<b>2 587 047</b>	<b>14,95%</b>	<b>65,79%</b>	<b>16,0%</b>	<b>28,2%</b>
Farmácia	1 319 337	1 522 607	2 587 803	15,41%	68,65%	16,4%	27,9%
Ótica	43 634	44 250	28 106	1,41%	-36,48%	0,5%	0,3%
Vendas On-line	67	21	55	-88,12%	155,92%	0,0%	0,0%
Livros	-	-	1 083	-	100,00%	0,0%	0,0%
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>5 285 353</b>	<b>5 550 320</b>	<b>5 522 526</b>	<b>5,01%</b>	<b>-0,50%</b>	<b>67,2%</b>	<b>60,0%</b>
<b>SAÚDE</b>	<b>4 963 368</b>	<b>5 208 214</b>	<b>5 054 299</b>	<b>4,93%</b>	<b>-2,96%</b>	<b>63,1%</b>	<b>54,9%</b>
Administrações Regionais de Saúde	4 172 429	4 414 328	4 229 649	5,80%	-4,18%	53,4%	46,0%
ARS LVT	3 990 298	4 336 308	4 171 324	8,67%	-3,80%	52,5%	45,3%
Outras	182 131	78 020	59 325	-57,16%	-25,24%	0,9%	0,6%
Subsistemas	567 171	556 170	568 531	-1,94%	0,42%	6,7%	6,1%
Utentes	223 768	237 716	266 119	6,23%	11,95%	2,9%	2,9%
Quotizações	309 560	275 297	296 791	-11,07%	7,81%	3,3%	3,2%
Serviços Secundários	12 424	13 759	220	10,75%	-98,40%	0,2%	0,0%
Formação Profissional	-	53 050	171 215	100,00%	222,75%	0,6%	1,9%
<b>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>350 419</b>	<b>36 507</b>	<b>31 998</b>	<b>-89,58%</b>	<b>-12,35%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,3%</b>
<b>SUBSÍDIOS DO ESTADO</b>	<b>350 419</b>	<b>1 772</b>	<b>7 850</b>	<b>-99,49%</b>	<b>343,11%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,1%</b>
ACSS - Bombas Infusoras	250 419	-	-	-100,00%	0,00%	0,0%	0,0%
Santa Casa da Misericórdia	100 000	-	-	-100,00%	0,00%	0,0%	0,0%
IEFP	-	1 772	7 850	100,00%	343,11%	0,0%	0,1%
<b>SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES</b>	<b>-</b>	<b>34 735</b>	<b>24 148</b>	<b>100,00%</b>	<b>-30,48%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,3%</b>
Fundação Ernesto Roma	-	34 735	24 148	100,00%	-30,48%	0,4%	0,3%
<b>OUTROS GANHOS E RENDIMENTOS</b>	<b>1 558 507</b>	<b>1 106 181</b>	<b>1 050 788</b>	<b>-29,02%</b>	<b>-5,01%</b>	<b>13,4%</b>	<b>11,4%</b>
<b>RENDIMENTOS SUPLEMENTARES</b>	<b>694 235</b>	<b>511 124</b>	<b>481 492</b>	<b>-26,38%</b>	<b>-5,80%</b>	<b>6,2%</b>	<b>5,2%</b>
Estudos, Projetos e Assistência Tecnológica	694 235	511 124	481 492	-26,38%	-5,80%	6,2%	5,2%
Projetos Diversos	-	-	-	0,00%	0,00%	0,0%	0,0%
<b>OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES</b>	<b>157 080</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
Cursos de Formação	157 080	-	-	-100,00%	0,00%	0,0%	0,0%
<b>DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO OBTIDOS</b>	<b>1 143</b>	<b>948</b>	<b>1 116</b>	<b>-17,08%</b>	<b>17,79%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>GANHOS EM INVENTÁRIOS</b>	<b>293</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>GANHOS EM SUBSIDIÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>380</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>RENDIMENTOS E GANHOS NOS RESTANTES ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>24</b>	<b>85</b>	<b>216</b>	<b>259,21%</b>	<b>155,28%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>RENDIMENTOS E GANHOS EM INVESTIMENTOS NÃO FINANCEIROS</b>	<b>155 182</b>	<b>134 160</b>	<b>155 405</b>	<b>-13,55%</b>	<b>15,84%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,7%</b>
Rendas e Outros Rendimentos	155 182	134 160	155 405	-13,55%	15,84%	1,6%	1,7%
<b>OUTROS</b>	<b>550 868</b>	<b>459 864</b>	<b>412 559</b>	<b>-16,52%</b>	<b>-10,29%</b>	<b>5,6%</b>	<b>4,5%</b>
<b>Total</b>	<b>8 557 634</b>	<b>8 259 886</b>	<b>9 202 738</b>	<b>-3%</b>	<b>11%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## Vendas:

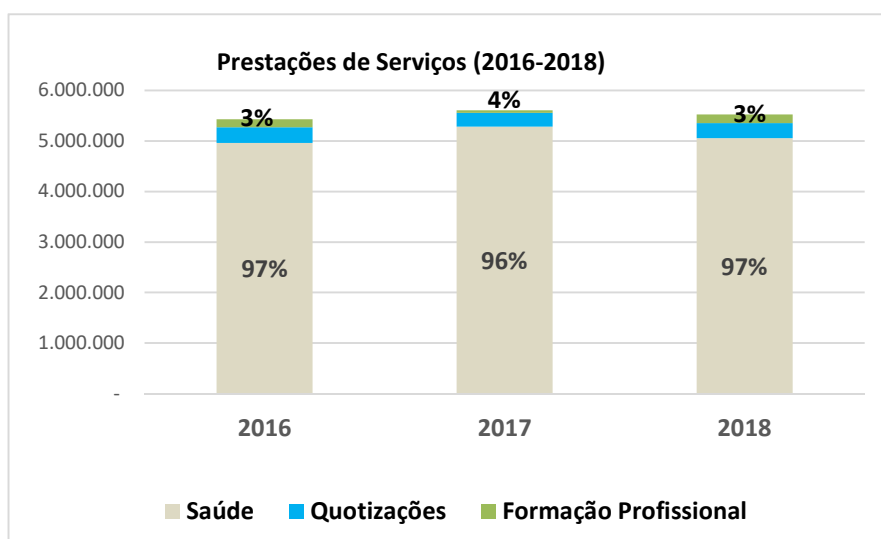
As vendas (Farmácia e Ótica) representaram cerca de 28% dos proveitos operacionais gerados, com grande expressão da Farmácia (27,9%), que registou um acréscimo nas vendas face ao ano transato (+68,65%).

De notar a pouca expressividade da Ótica, que manteve a tendência decrescente (-36,48%).



### Prestações de Serviços:

As prestações de serviços (Saúde, Quotizações e Formação Profissional) representaram cerca de 60% dos proveitos operacionais gerados, com grande expressão para a prestação de serviços de saúde (cerca de 54,9%), com destaque para os proveitos oriundos do Protocolo estabelecido com a ARSLVT (53%). Destaque para o acréscimo verificado este ano nas quotizações (+7,86%).



### Subsídios:

Esta rubrica, que representa 0,3% do Proveitos Operacionais tendo na sua composição apenas os incentivos à contratação recebidos do IEPF e um subsídio atribuído pela Fundação Ernesto Roma.

### Outros rendimentos e ganhos:

A APDP procura diversificar as suas fontes de rendimento, e o esforço da Direção e da sua equipa em 2018 conduziu a obtenção de cerca de 1,05 milhões de euros, valor que representou 11,4% dos Proveitos operacionais gerados.

Destacamos que no mês Julho de 2018 foi arrendada a Escola da Diabetes à Volkswagen Financial Services para instalação do seu *hub* de inovação.

## Custos Operacionais

CMVMC	2016	2017	2018	Crescimento%		peso%	
				2017	2018	2017	2018
Mercadorias	1 046 099	1 261 080	2 232 330	21%	77%	61,6%	71,9%
Materiais de Consumo	738 341	786 170	874 043	6%	11%	38,4%	28,1%
<b>Total # 61</b>	<b>1 784 440</b>	<b>2 047 250</b>	<b>3 106 372</b>	<b>15%</b>	<b>52%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

FSE	2016	2017	2018	Crescimento%		peso%	
				2017	2018	2017	2018
Subcontratos	17 012	10 403	10 292	-39%	-1%	0,6%	0,6%
Trabalhos Especializados	986 294	960 402	982 444	-3%	2%	54,5%	55,3%
Publicidade e Propaganda	3 827	-	20 699	-100%	100%	0,0%	1,2%
Comissões	-	53	27 942	100%	53002%	0,0%	1,6%
Vigilância e Segurança	6 570	4 214	2 503	-36%	-41%	0,2%	0,1%
Honorários	212 845	194 090	202 468	-9%	4%	11,0%	11,4%
Conservação e Reparação	147 378	140 236	143 959	-5%	3%	8,0%	8,1%
Materiais	20 362	19 727	12 854	-3%	-35%	1,1%	0,7%
Energia e Fluidos	142 143	151 163	143 445	6%	-5%	8,6%	8,1%
Deslocações, estadas e transportes	64 136	71 647	30 277	12%	-58%	4,1%	1,7%
Serviços diversos	296 681	210 630	199 464	-29%	-5%	12,0%	11,2%
<b>Total #62</b>	<b>1 897 248</b>	<b>1 762 564</b>	<b>1 776 348</b>	<b>-7%</b>	<b>1%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

GASTOS COM O PESSOAL	2016	2017	2018	Crescimento%		peso%	
				2017	2018	2017	2018
Remunerações do Pessoal	2 934 190	2 868 690	2 887 748	-2%	1%	81,5%	80,4%
Encargos sobre remunerações	617 581	599 818	600 837	-3%	0%	17,0%	16,7%
Seguros de acidente de trabalho	14 421	14 198	26 033	-2%	83%	0,4%	0,7%
Outros gastos com o pessoal	28 929	38 892	56 178	34%	44%	1,1%	1,6%
Indemnizações	-	-	21 276	0%	100%	0,0%	0,6%
<b>Total #63</b>	<b>3 595 121</b>	<b>3 521 598</b>	<b>3 592 071</b>	<b>-2%</b>	<b>2%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

### Custo das Matérias Primas Vendidas e Consumidas (CMVMC):

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas registam de cerca de 1 milhão euros (+77% face a 2017), em grande parte devido à aquisição dos Sensor *FreeStyle Libre* para disponibilização para venda na Farmácia da APDP.

### Fornecimentos e Serviços Externos (FSE):

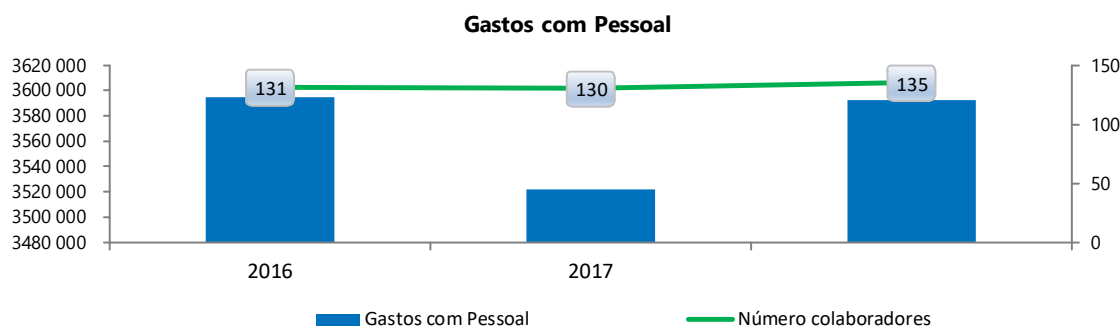
O valor de Fornecimentos e serviços externos conheceu uma ligeira subida em 2018 de 1%. As rubricas com maior peso são os trabalhos especializados (55,3%), contratação de serviços diversos (11,2%) e honorários (11,4%).

O valor de comissões subiu consideravelmente, pois esta rubrica reflete a comissão paga à mediadora imobiliária pelo arrendamento da Escola da Diabetes.

### Gastos com o Pessoal:

A rubrica de gastos com pessoal registou um acréscimo de cerca de 70 mil euros (-2% face a 2017) que resultou da contratação de novos trabalhadores e da saída de 2 trabalhadores com direito a indemnização.

O total de trabalhadores dos quadros em 2018 foi 135 (+5 que em 2017).



### Imparidades:

Foram consideradas as seguintes imparidades no ano de 2018:

- **Cobrança duvidosa:** a conta de clientes apresenta saldo em dívida de utentes do ano de 2017 e anteriores no montante global de 13.643,06€ e a APDP tem efetuado esforços no sentido da recuperação dos valores em causa, no entanto os mesmos tem-se relevado pouco frutíferos. Concomitantemente criou-se uma provisão do montante supramencionado;



- **Excesso de faturação do Protocolo ARSLVT:** Em 2017 a APDP ultrapassou o volume de produção contratualizado, tendo a APDP em concordância faturado esse excesso. Esse valor totaliza 97.251,03€, no entanto, os valores faturados acima dos valores protocolados não são reembolsados pela ARS-LVT, pelo que princípio da prudência registou optou-se por considerar a irrecuperabilidade dos mesmos;

- **Reversão de provisão:** Os acordos celebrados preveem o pagamento em duodécimos do valor acordado, sendo que a ARSLVT retêm 10% do montante global anual a entregar consoante os resultados da auditoria. Em 2017 a APDP criou uma imparidade sobre os valores a receber da ARSLVT, fruto dos resultados obtidos das auditorias realizadas aos anos de 2011 e 2012 que totalizou cerca de 740 mil euros. Em 2018, a APDP recebeu os resultados das auditorias dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, cujos resultados foram favoráveis e levam a que o potencial valor devido à ARS seja de 217 118,75 €. Em concordância, a provisão criada em 2017 foi ajustada em 522 754,10 €.

#### **Depreciações:**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis registaram um decréscimo de -1% face a 2017.

#### **Juro obtidos / suportados:**

Na rubrica de juros apresenta valores reduzidos e inexpressivo, fruto por um lado das reduzidas taxas de juro que remuneram atualmente os depósitos e saldos à ordem, e por outro pela ausência de qualquer endividamento financeiro contraído junto de instituições financeiras.

#### **Balanço**

Analisada a demonstração de resultados por natureza passamos à análise do Balanço que nos dá uma imagem dos direitos e obrigações da associação em relação a terceiros.

No ativo corrente os factos significativos são seu acréscimo, dizem respeito à ARSLVT, nomeadamente pela ausência de faturação de cirurgias realizadas e não faturadas por falta de codificação do programa e pela ausência da faturação de bombas de insulina. Ambas as situações ainda aguardam ratificação por parte da ARSLVT tendo sido ambos os potenciais proveitos especializados no exercício.

A SCML é devedora de cerca de 95 mil euros referente ao Protocolo existente para aquisição de ativos fixos tangíveis.

Relativamente ao passivo o destaque é a ausência de qualquer endividamento financeiro.

#### **Análise de Rácios**

Rentabilidade das Vendas	2016	2017	2018	Recomendado	Resultado
Margem EBITDA	14%	8%	6%	> 0	Conforme
Margem EBIT	2%	0,23%	8,51%	> 0	Conforme
Rentabilidade Líquida das Vendas	0,02	0,00	0,09	> 0	Conforme
Rácio de Solvabilidade	2016	2017	2018	Recomendado	Resultado
Capital Próprio / Capital Alheio	8,75	7,42		> 0,5	Conforme
Rácio de Endividamento Global	2016	2017	2018	Recomendado	Resultado
Dívida / Ativo Total	0%	0%	0%	< 150%	Conforme
Rácio de Autonomia Financeira	2016	2017	2018	Recomendado	Resultado
Capital Próprio / Ativo Líquido	90%	88%	176%	>25%	Conforme
Rácio de Despesa com pessoal e administração face aos rendimentos anuais	2016	2017	2018	Recomendado	Resultado
Gastos com Pessoal / Vendas	42%	43%	39%	< 66,6%	Conforme

## 6. Proposta de Aplicação de Resultados

---

A Direção propõe que o Resultado Líquido do Período, positivo, no valor de **783.523,84€** (setecentos e oitenta e três mil quinhentos e vinte e três euros e oitenta e quatro centimos) seja transferido para a conta de **RESULTADOS TRANSITADOS**.

Lisboa, 14 de março de 2019

---

*Dr. José Manuel Boavida*  
Presidente

---

*Dr. João Filipe Raposo*  
Diretor Clínico

## 7. Anexos

Balanço em 31 de dezembro de 2018:

APDP- Associação Protectora Diabéticos Portugal  
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2018

Contribuinte: 500851875  
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 REG 2018	31 REG 2017
ACTIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	3.2.1;5	8 195 143.24	8 320 911.29	
Bens do património histórico e artístico e cultural	3.2.2;5	8 704.20	8 704.20	
Ativos intangíveis		0.00	0.00	
Investimentos financeiros	3.2.4	9 200.42	4 784.91	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00	
Outros Créditos e ativos não correntes		0.00	0.00	
		8 213 047.86	8 334 400.40	
Ativo corrente				
Inventários	3.2.5;8	127 405.91	123 603.61	
Créditos a receber	3.2.6;13.1	2 555 195.04	1 306 541.14	
Estado e outros entes públicos		0.00	0.00	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00	
Diferimentos	13.3	16 483.93	41 083.57	
Outros ativos correntes	13.3	2 648 659.15	1 007 802.45	
Caixa e depósitos bancários	3.2.6;13.4	804 635.65	663 436.57	
		6 152 379.68	3 142 467.34	
Total do ativo		14 365 427.54	11 476 867.74	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	13.5	2 247 840.65	2 247 840.65	
Excedentes técnicos		0.00	0.00	
Reservas	13.5	5 143 427.85	5 143 427.85	
Resultados transitados	13.5	249 533.49	230 238.74	
Excedentes de revalorização		0.00	0.00	
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.5	2 395 717.34	2 474 321.90	
		10 036 519.33	10 095 829.14	
Resultado líquido do período	13.5	783 523.84	19 294.75	
Total dos fundos patrimoniais		10 820 043.17	10 115 123.89	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0.00	0.00	
Provisões específicas		0.00	0.00	
Financiamentos obtidos		0.00	0.00	
Outras contas a pagar		0.00	0.00	
		0.00	0.00	
Passivo corrente				
Fornecedores	13.6	606 512.82	534 008.32	
Estado e outros entes públicos	13.7	136 357.18	117 996.40	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00	
Financiamentos obtidos		0.00	0.00	
Diferimentos	13.3	15 697.47	39 892.51	
Outros passivos correntes	13.8	2 786 816.90	669 846.62	
		3 545 384.37	1 361 743.85	
Total do passivo		3 545 384.37	1 361 743.85	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14 365 427.54	11 476 867.74	

**Demonstração dos fluxos de caixa a 31 de Dezembro de 2018:**

APDP - Associação Protectora Diabéticos Portugal

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2018**

Moeda : (Valores em

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u></b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	13.1	8 355 603.74	7 395 467.71
Pagamentos de subsídios		0.00	0.00
Pagamentos de apoios		70.51	0.00
Pagamentos de bolsas		0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores	13.6	4 887 162.41	3 828 064.45
Pagamentos ao pessoal	11	2 076 826.33	1 997 870.23
Caixa gerada pelas operações	11	1 391 544.49	1 569 533.03
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos	13.4;13.8	-1 141 017.12	-1 567 048.53
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>250 527.37</b>	<b>2 484.50</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		108 703.48	38 327.45
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros	13.11	1 000.00	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0.00	0.00
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares	13.13	375.19	203.33
Dividendos		0.00	0.00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-110 078.67</b>	<b>-38 124.12</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Realização de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamentos		0.00	0.00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares		0.00	7.72
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0.00</b>	<b>-7.72</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>141 199.08</b>	<b>-35 647.34</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>663 436.57</b>	<b>699 083.91</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>804 635.65</b>	<b>663 436.57</b>

## Demonstração dos resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2018:

APDP- Associação Protectora Diabéticos Portugal

Contribuinte : 500851875

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2018

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	9	8.119.572,76	7.117.198,05
Subsídios, doações e legados à exploração	10;13.9	31.997,76	36.506,61
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	3.106.372,32	2.046.667,34
Fornecimentos e serviços externos	13.10	1.776.348,31	1.762.563,83
Gastos com o pessoal	11	3.592.071,46	3.521.597,89
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1	-411.860,01	436.182,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.11	1.051.167,90	1.106.180,92
Outros gastos	13.12	133.012,82	247.255,39
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.006.793,52</b>	<b>245.619,13</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	223.644,87	226.519,99
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>783.148,65</b>	<b>19.099,14</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13.13	375,19	203,33
Juros e gastos similares suportados	13.13	0,00	7,72
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>783.523,84</b>	<b>19.294,75</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>783.523,84</b>	<b>19.294,75</b>

# **APDP- Associação Protectora Diabéticos Portugal**

**Anexo**

**28 de fevereiro de 2019**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	10
6	Locações .....	12
7	Custos de Empréstimos Obtidos .....	12
8	Inventários .....	12
9	Rédito .....	13
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	13
11	Benefícios dos empregados .....	14
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	15
13	Outras Informações .....	15
13.1	Clientes e Utentes .....	15
13.2	Outros Ativos Correntes .....	16
13.3	Diferimentos .....	16
13.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	16
13.5	Fundos Patrimoniais .....	17
13.6	Fornecedores .....	17
13.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	18
13.8	Outros Passivos Correntes .....	18
13.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	19
13.10	Fornecimentos e serviços externos .....	19
13.11	Outros Rendimentos .....	20
13.12	Outros Gastos .....	20
13.13	Resultados Financeiros .....	20
13.14	Acontecimentos após data de Balanço .....	21



## 1 Identificação da Entidade

---

A APDP - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, com sede na Rua do Salitre n.º118-120 1250-203 em Lisboa, com o NIPC 500851875 é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, constituída em 13 de Maio de 1926 nos termos do n.º1 do artº 94 do estatuto aprovado pelo Dec. Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro. Encontra-se registada na Direção Geral da Segurança Social em 04/10/1982, sob o n.º1/82, no livro n.º 1 das instituições com fins de saúde.

A APDP tem como Atividade principal a prestação de cuidados de saúde à pessoa com diabetes. Tem por objeto a proteção dos diabéticos em situação de manifesta e reconhecida carência económica, com a prestação de cuidados de saúde de carácter preventivo, curativo e de reabilitação, estendendo a sua atividade a áreas da formação de profissionais de saúde no campo da diabetologia, em especial nos setores da educação, vigilância periódica e recuperação do diabético, assim como na prevenção e diagnóstico precoce da doença e das suas manifestações tardias.

Para além da atividade principal que deu origem à APDP esta desenvolve, também, outras atividades secundárias a referir: a Farmácia Social e uma Unidade de Ótica para benefício, exclusivo, dos associados.

Promove, também, com regularidade ações de formação profissional certificada e investigação científica no âmbito da diabetes e colabora com outros serviços nacionais e estrangeiros que desenvolvem os mesmos objetivos, nomeadamente, com a Federação Internacional de Diabetes - IDF- da qual é decana das instituições suas associadas.

Foi considerada como Grande Oficial da Ordem de Benemerência e recebeu do Ministério da Saúde a Medalha de Ouro como Menção Honrosa. Da Câmara Municipal de Lisboa recebeu a Medalha Municipal de Mérito - Grau Ouro.

É considerada uma Instituição de Superior Interesse Social por despacho conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério da Saúde é, também, um Centro de referência para a Diabetes Pediátrica - SWEET - faz parte do Centro de Educação da IDF, e da Associação de Defesa dos Utentes de Saúde.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março que foi revogado pelo Dec.Lei 98/2015 de 2 de junho, Portaria105/2011 revogada pela Portaria 220/2015 de 24 de julho e Portaria 106/2011 revogada pela Portaria 218/2015 de 23 de julho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

## 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir, consideravelmente, o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo

registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Porém a Direção derroga o princípio do acréscimo e da consistência no que se refere às quotas dos associados dado que os valores em causa iriam distorcer as demonstrações financeiras. Pelo que as quotas dos associados são contabilizadas apenas pela emissão e cobrança efetiva das mesmas. Apesar da quota mensal ser de €2,00 existem vários sócios que, por decisão pessoal, decidem ter uma quota de valor superior.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito em toda a Entidade e ao longo do tempo e de

maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição, inicialmente, registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Não existem ativos que fossem atribuídos à Entidade a título gratuito.

O Ativo Fixo Tangível é constituído pelos seguintes montantes líquidos.

- 4 Edifícios no valor contabilístico de 7.918.786€
- Equipamento básico diverso no valor contabilístico de 264.466€
- Equipamento administrativo no valor contabilístico de 8.149€
- Outros ativo fixos tangíveis no valor contabilístico de 4.932€.
- Propriedades de investimento no valor contabilístico de 1.138€.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens que, inicialmente, foram adquiridos a título oneroso sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

Os Bens do património histórico e artístico dizem respeito ao Museu e à Biblioteca da APDP no valor de 9.654€ e 33.771€, respectivamente, sendo que estão amortizados pelo montante de 34.721€. O valor de 8.704€ não é passível de amortização.

### 3.2.3 Propriedades de Investimento

A rubrica Propriedades de Investimento deixou de existir, autonomamente, no balanço e passou a integrar o Ativo Fixo Tangível.

A “Propriedade de Investimento” detida pela APDP (entregue em legado) no Largo do Chafariz, em copropriedade com mais cinco Instituições, está avaliada em 1.137,89€ (1/5 do valor total).

### 3.2.4 Investimentos financeiros

No exercício de 2018 contabilizou-se uma participação da APDP em 100% e no montante de mil euros na constituição da empresa Noscito Unipessoal, Lda em 23/05/2018.

Os outros investimentos financeiros dizem respeito aos Fundos de Compensação do Trabalho - FCT - e referem-se aos colaboradores da APDP admitidos a partir de outubro de 2013.

Em 2018 o FCT teve uma valorização de 216,04 euros.

### 3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Ao longo do ano de 2018 foram efetuadas contagens intercalares das existências da Farmácia. No final do ano de 2018 foi efetuada a contagem final, dos inventários, com a presença da Auditora Dr.ª Teresa Luz, em representação de António Belém & António Gonçalves - SROC, Lda.

Os inventários da APDP dizem respeito a:

Descritivo	Valor
Farmácia	93 571.50
Ótica	29 716.50
Outros	4 117.91
<b>Total</b>	<b>127 405.91</b>

Os Inventários que a Entidade detém, mas, que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou aos serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade para gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo corrente e contabilizados diretamente a custos na conta 61.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

### Créditos a Receber

Os Créditos a Receber encontram-se registadas pelo seu custo. Esta rubrica é apresentada no Balanço como Ativo Corrente.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser, imediatamente, mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

## **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e reservas;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

## **3.2.8 Financiamentos Obtidos**

### Empréstimos obtidos

Em 2018 não existem empréstimos obtidos.

### Locações

Mantem-se em 2018 a locação operacional com a Grenke referente a várias impressoras e fotocopiadoras cujas rendas estão reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

## **3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos**

A Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal está isenta de IRC.

A isenção foi concedida pela Autoridade Tributária em 17 de Dezembro de 2012 através de ofício assinado por Joaquim Manuel Pombo Alves, por delegação e substituição de

competências do Diretor de Finanças Adjunto. A Autoridade Tributária considerou os rendimentos da Farmácia e da Ótica isentos ao abrigo da regra geral prevista no art.10.º, n.º1 al. b) do CIRC.

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5 Ativos Fixos Tangíveis

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017 e 2018 não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>	<b>0.00</b>					<b>0.00</b>
Bens Imóveis	0.00					0.00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	33 770.61					33 770.61
Museus	9 654.41					9 654.41
Bens móveis	0.00					0.00
<b>Total</b>	<b>43 425.02</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>43 425.02</b>

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	33 770.61					33 770.61
Museus	9 654.41					9 654.41
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>43 425.02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>43 425.02</b>

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017 mostrando as adições, os abates



e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0.00			0.00		0.00
Edifícios e outras constr.	9 949 536.44			0.00		9 949 536.44
Equipamento básico	2 150 903.59	94816.65	0.00			2 245 720.24
Equipamento de transporte						0.00
Equipamento biológico						0.00
Equipamento administrativo	1 006 338.31	17 953.75				1 024 292.06
Outros Ativos fixos tangíveis	95 108.35	99.72				95 208.07
<b>Total</b>	<b>13 201 886.69</b>	<b>112 870.12</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>13 314 756.81</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras constr.	1 700 430.02	165 159.85				1 865 589.87
Equipamento básico	1 976 844.36	44 704.95	0.00			2 021 549.31
Equipamento de transporte						0.00
Equipamento biológico						0.00
Equipamento administrativo	999 885.18	15 954.31				1 015 839.49
Outros Ativos fixos tangíveis	91 303.86	700.88				92 004.74
<b>Total</b>	<b>4 768 463.42</b>	<b>226 519.99</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>4 994 983.41</b>

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras constru.	9 949 536.44					9 949 536.44
Equipamento básico	2 245 720.24	94 341.00				2 340 061.24
Equipamento de transporte	0.00					0.00
Ferramentas e utensílios	0,00					0.00
Equipamento administrativo	1 024 292.06	3 912.92				1 028 204.98
Outros Ativos fixos tangíveis	95 208.07	0.00				95 208.07
<b>Total</b>	<b>13 314 756.81</b>	<b>98 253.92</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>13 413 010.73</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras constru.	1 865 589.87	165 159.85				2 030 749.72
Equipamento básico	2 021 549.31	54 044.97				2 075 594.28
Equipamento de transporte	0.00					0.00
Ferramentas e utensílios	0,00					0.00
Equipamento administrativo	1 015 839.49	3 838.89				1 020 055.48
Outros Ativos fixos tangíveis	92 004.74	601.16				92 605.90
<b>Total</b>	<b>4 994 983.41</b>	<b>223 644.87</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>5 218 628.28</b>

As depreciações com o ativo fixo tangível têm vindo a diminuir significando que os vários equipamentos estão a atingir o período de vida útil. A curto prazo será necessário investir em novos equipamentos. Os ativos da Biblioteca estão totalmente depreciados em 33.770,61€.

Os do Museu não têm sido depreciados por se tratarem de diversos quadros não sujeitos a depreciação.

## 6 Locações

## 7 Custos de Empréstimos Obtidos

## 8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	115 450.68	1 268 970.81	94.01	123 603.61	2 236 131.99	0,00	127 405.91
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		786 170.02		0.00	874 042.63		0.00
Produtos acabados e intermédios				0.00			0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				0.00			0.00
Produtos e trabalhos em curso				0.00			0.00
<b>Total</b>	<b>115 450.68</b>	<b>2 055 140.83</b>	<b>94.01</b>	<b>123 603.61</b>	<b>3 110 174.62</b>	<b>0.00</b>	<b>127 405.91</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				2 046 667.34			3 106 372.32
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

Movimentos	2018
Existências Iniciais	123 603.61
Compras	2 236 131.99
Autoconsumos	874 042.63
Regularização de Existências	0.00
Existências Finais	127 405.91
Gasto do Período	3 106 372.32

O CMVMC regista um aumento de 1.059.704,98 euros em relação a 2017 devido ao aumento da compra de sensores Libre para o controlo da glicémia sem necessidade de picagem do dedo.

## 9 Rédito

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	2 597 046.99	1 566 878.31
<b>Prestação de Serviços</b>		
Serviços de Saúde	5 054 299.47	5 208 214.13
Quotas de utilizadores	296 791.47	275 297.11
Quotas e joias	0,00	0,00
Serviços Secundários	220.03	0.00
Ginásio	0.00	13 759.00
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Formação	171 214.80	53 049.50
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	375.19	203.33
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>8 119 947.95</b>	<b>7 117 401.38</b>

Em 2018 as vendas da farmácia registam um aumento de um milhão e quarenta e cinco mil euros face a 2017.

A prestação de serviços registou uma diminuição de cerca de 28 mil euros em relação a 2017.

Em 2018 as quotizações dos associados registaram um aumento de cerca de 21 mil euros face a 2017.

Vendas	2018	2017
Farmácia	2 567 802.99	1 522 614.84
Ótica	28 105.68	44 249.71
Vendas Outros	1 138.32	21.46
<b>Total</b>	<b>2 597 046.99</b>	<b>1 566 886.01</b>

Em 2018 as vendas da farmácia tiveram um incremento de um milhão e quarenta e cinco mil euros enquanto que as da óptica diminuíram dezasseis mil euros. As outras vendas dizem respeito a livros.

## 10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
<b>Subsídios do Governo</b>		
IEFP	7 850.26	1 771.61
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	0.00	0.00
<b>Apoios do Governo</b>		
<b>SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES</b>		
Fundação Ernesto Roma	24 147.50	34 735.00
<b>Total</b>	<b>31 997.76</b>	<b>36 506.61</b>

Em 2018 registou-se apenas um subsídio à exploração por parte do IEPF e outro da Fundação Ernesto Roma.

## 11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 foi de 17 e em 2018 foi de 16.

Os órgãos diretivos não usufruem de remunerações referentes aos cargos que desempenham à exceção do Diretor Clínico, Dr. João Raposo, por inerência estatutária.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 131 e em 31/12/2018 foi de 135.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	2 887 747.60	2 868 690.41
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	21 276.20	0.00
Encargos sobre as Remunerações	600 836.62	599 817.62
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	26 033.40	14 197.75
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	56 177.64	38 892.11
<b>Total</b>	<b>3 592 071.46</b>	<b>3 521 597.89</b>

Em 2018 foram admitidas onze pessoas das categorias de enfermeira, nutricionista, ortóptica, pediatra e auxiliar de ação médica.

Ocorreram sete rescisões de contratos.

Os gastos com o pessoal aumentaram 70 mil euros de 2017 para 2018.

## 12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados bem como à Administração Tributária.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram de €10.627,20 em 2018.

## 13 Outras Informações

### 13.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	2 017 806.83	1 156 719.55
Utentes	8 783.61	13 317.70
Outros		4084.92
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes	1 286 948.95	1 176 054.86
Utentes		
<b>Total</b>	<b>3 313 539.39</b>	<b>2 350 177.03</b>

Em 2018 foi constituída uma provisão de clientes no montante de 13.643,06 euros referente a dívidas antigas de utentes. Foi também efetuada uma reversão da provisão da dívida da ARSLVT no valor de 522.754,10 referente a 2011 e 2012 que tinha sido constituída em 2016.

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Clientes	110 894.09	-1 176 054.86
Utentes		
<b>Total</b>	<b>110 894.09</b>	<b>-1 176 054.86</b>

A Imparidade registada em 2018 de 13.643,06€ diz respeito a créditos com antiguidade de utentes e foi constituída por recomendação do Revisor Oficial de Contas Dr. António Belém.

### 13.2 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0.00
Adiantamentos ao pessoal	0.00	400.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	365.34	200.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 056 311.97	972 467.45
Outras operações - Projetos	0.00	0.00
Outros Devedores	2 498.45	34 735.00
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>2 059 175.76</b>	<b>1 007 802.45</b>

Os outros ativos correntes registaram um aumento de 2017 para 2018 de cerca de um milhão e cinquenta e um mil euros, face ao ano transato, e dizem respeito à contabilização de acréscimo de faturação de cirurgias realizadas e bombas não faturadas à ARSLVT.

### 13.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Diversos	16 483.93	41 083.57
<b>Total</b>	<b>16 483.93</b>	<b>41 083.57</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Quotizações de associados	15 697.47	17 696.54
Outros	0.00	22 195.97
<b>Total</b>	<b>15 697.47</b>	<b>39 892.51</b>

O valor apurado em gastos a reconhecer diz respeito a seguros, medicina no trabalho, eletricidade, etc.

### 13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	2 369.42	5 307.39
Depósitos à ordem	342 266.23	98 129.18
Depósitos a prazo	460 000.00	560 000.00
Outros		
<b>Total</b>	<b>804 635.65</b>	<b>663 436.57</b>

Em 2018 regista-se um aumento face a 2017 decorrente da atividade normal da APDP.

Essa variação positiva de cento e quarenta e um mil euros reflete-se na demonstração de fluxos de caixa.

### 13.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2 247 840.65	0.00	0.00	2 247 840.65
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	5 143 427.85	0.00	0.00	5 143 427.85
Resultados transitados	230 238.74	19 294.75	0.00	249 533.49
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 474 321.90	0.00	-78 604.56	2 395 717.34
<b>Total</b>	<b>10 095 829.14</b>	<b>19 294.75</b>	<b>-78 604.56</b>	<b>10 036 519.33</b>

Os fundos e as reservas da APDP mantêm-se sem alterações de 2017 para 2018.

O Resultado Líquido do Período em 2018 é de 783.523,84 euros para o qual contribuiu a reversão da provisão da ARSLVT no valor de 522.754,10 euros.

### 13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	606 512.82	534 008.32
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>606 512.82</b>	<b>534 008.32</b>

O saldo devedor a fornecedores aumentou face a 2017 em cerca de 73 mil euros.

### 13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	21 419.84	7 479.19
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	50 903.03	45 984.84
Segurança Social	63 740.05	64 320.09
Outros Impostos e Taxas - FCT/ FGCT	294.26	212.28
<b>Total</b>	<b>136 357.18</b>	<b>117 996.40</b>

As dívidas ao estado em 31/12/2018 dizem respeito a iva, retenção de impostos de IRS, segurança social e fundo de compensação do trabalho.

### 13.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0.00		0.00
Cauções				
Outras operações		152.42		222.57
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>90 504.88</b>		<b>100 954.44</b>
<b>Cientes credores</b>		<b>1 914.37</b>		<b>133 488.89</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>418 894.94</b>		<b>435 100.72</b>
<b>Outros devedores e credores</b>		<b>2 275 350.29</b>		<b>0,00</b>
<b>Adiantamento de Clientes</b>		<b>0.00</b>		<b>80.00</b>
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>2 786 816,90</b>	<b>0.00</b>	<b>669 846.62</b>

A rubrica fornecedores de investimento diminui 10 mil euros face a 2017.

Do montante dos outros devedores e credores um milhão e setecentos e trinta mil euros dizem respeito a pagamentos excedentários da ARSLVT referente à faturação de 2018.



A rubrica outros passivos correntes com valores significativos dizem respeito a credores por acréscimo de gastos e dizem respeito a encargos com férias a pagar em 2019 tendo diminuído, face a 2017, em 16 mil euros.

### 13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	7 850.26	1 771.61
Subsídios de outras entidades	24 147.50	34 735.00
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>31 997.76</b>	<b>36 506.61</b>

Em 2018 os subsídios à exploração tiveram a contribuição do Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP - referente a um estágio profissional.

### 13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	10 291.87	10 402.87
Serviços especializados	1 380 015.65	1 298 994.08
Materiais	12 854.47	19 726.94
Energia e fluidos	143 445.45	151 162.70
Deslocações, estadas e transportes	30 276.55	71 647.47
Serviços diversos	199 464.32	210 629.77
<b>Total</b>	<b>1 776 348.31</b>	<b>1 762 563.83</b>

A conta de fornecimentos e serviços externos, apesar do grande esforço no sentido da contenção, é uma conta de grande complexidade por estar, diretamente, relacionada com o funcionamento da Associação. Apresenta um aumento de cerca de 14 mil euros face ao ano transato.

### 13.11 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	481 492.00	511 124.43
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 116.27	947.68
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos finance	216.04	84.63
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	155 404.88	134 160.46
Outros rendimentos e ganhos	412 558.93	459 863.72
Equivalência patrimonial - MEP	379.78	0.00
<b>Total</b>	<b>1 051 167.90</b>	<b>1 106 180.92</b>

Esta conta regista uma diminuição num total de cerca de 55 mil euros. Há a referir a contabilização pelo método da equivalência patrimonial de 379,78 euros, referente à participação da APDP no capital social da Noscito, Unip., Lda

### 13.12 Outros Gastos

A rubrica de “Outros gastos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	3 705.59	9 734.71
Descontos de pronto pagamento concedidos	1 719.81	2 446.99
Dívidas incobráveis	2 843.75	0.00
Perdas em inventários	0.00	320.56
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	94 636.27	126 312.10
Outros Gastos e Perdas	30 107.40	108 441.03
<b>Total</b>	<b>133 012.82</b>	<b>247 255.39</b>

A conta outros gastos regista em 2018 uma diminuição de cerca de 114 mil euros e engloba os gastos com estudos e projetos, congressos diversos, correções de anos anteriores entre outros itens de menor relevância.

### 13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0.00	7.72
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>7.72</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	375.19	203.33
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>375.19</b>	<b>203.33</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>375.19</b>	<b>195.61</b>

Os juros obtidos através da conta à ordem e a prazo aumentaram mas sem significado.

O depósito a prazo diminuiu 100 mil euros face a 2017.

#### 13.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

LISBOA, 28 de fevereiro de 2018

A Contabilista Certificada

A Direção

## 8. Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização

---

**Senhores Associados,**

No cumprimento das disposições legais e dos estatutos da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal vimos apresentar-vos o nosso parecer sobre os documentos emitidos pela Direção, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Ao longo do ano acompanhámos as atividades da APDP tendo emitido pareceres e recomendações sempre que entendemos necessário.

A Comissão, com base na Certificação Legal de Contas e no Parecer do Fiscal Único, no que respeita às contas, examinou os documentos financeiros que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração de Fluxos de Caixa, bem como o Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício e o Relatório e Contas de 2018 documentos que evidenciam os seguintes montantes:

<b>Total do Balanço</b>	<b>14.365.428 €</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>783.149 €</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>783.524 €</b>

Entende a Comissão de Fiscalização que o objetivo apesar das dificuldades sentidas foi cumprido, porquanto considera-se que os elementos produzidos e relevantes para análise obedecem às normas contabilísticas em vigor e refletem a atividade financeira da Associação.

A Comissão de Fiscalização analisou também o Relatório de Atividades, o qual se verifica estar de acordo com o Plano de Atividades previsto pela Direção e aprovado pela Assembleia Geral.

***Assim, somos de parecer que:***

- 1- Não se verificaram situações ou quaisquer atos que violassem os Estatutos;
- 2- A Comissão de Fiscalização apreciou o Relatório de Atividades e as Contas referentes ao exercício de 2018 e considera que o mesmo evidência os factos mais relevantes da atividade da Associação;
- 3- A Comissão de Fiscalização no âmbito das suas funções analisou as peças finais, compreendendo estas últimas as Demonstrações Financeiras, as quais incluem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 que evidencia um total de 14.365.428 € incluindo um Resultado Líquido do Período de 783.523,84€, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo;

- 4- A Comissão aprova a proposta da Direção de aplicação de resultados apresentada para que o valor do Resultado Líquido do Período que se apresenta positivo em 783.523,84€ (setecentos e oitenta e três mil quinhentos e vinte e euros e oitenta e quatro cêntimos) seja transferido para resultados transitados;

***Assim, a Comissão de Fiscalização recomenda à Assembleia-geral que aprove o Relatório de Atividades e Contas da Gerência referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, apresentadas pela Direção, e agradece a colaboração prestada.***

Lisboa, 14 de março de 2019

---

***Dr. Alfredo de Sousa***  
Presidente do Conselho Fiscal

---

***Dr. Diniz Vieira***  
Vogal

---

***Dra. M.<sup>a</sup> Adelaide Canelas***  
Vogal

# RELATÓRIO

## 1 - INTRODUÇÃO

Na qualidade de Fiscal Único da “Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, I.P.S.S.”, adiante designada por A.P.D.P. e nos termos do Decreto-Lei nº 36-A/2011, revogado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 02 de Junho, cumpre-nos apresentar relatório da atividade de fiscalização efetuada durante o exercício de 2018, no âmbito da revisão legal das contas.

## 2 - ÂMBITO

A atividade exercida no ano de 2018 teve como quadro o normativo onde se enquadra a ação dos Revisores Oficiais de Contas, tendo sido efetuada a revisão legal da A.P.D. P. e o exame das suas contas relativas ao exercício de 2018, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização, com a profundidade que entendemos necessária.

Em consequência dos trabalhos efetuados foram emitidos, o presente Relatório Anual da Fiscalização Efetuada (RAFE), Certificação Legal das Contas (CLC) e Parecer do Fiscal Único (PFU).

### **3 - TRABALHO REALIZADO**

- 3.1 - Participação em reuniões com diversos responsáveis da A.P.D.P. com o objetivo de recolher informação relativamente à atividade desenvolvida.
- 3.2.- Avaliação da adequacidade e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente amortizações, provisões, ajustamentos, valorimetria, reconhecimento de gastos, rendimentos e diferimentos.
- 3.3. - Verificação da conformidade da NCRF-ESNL, com as demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 2018, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, referidos à mesma data.
- 3.4.- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte.
- 3.5. - Análise do controlo interno.
- 3.6. - Realização de testes substantivos nas seguintes áreas:
  - 3.6.1. - Inventariação e confirmação dos saldos de Caixa;
  - 3.6.2. - Análise e verificação das reconciliações bancárias preparadas na Associação;

- 3.6.3.- Análise de contas de terceiros, designadamente de Clientes, de Fornecedores e de Outros Devedores e Credores e confirmações externas de saldos
- 3.6.4.- Análise das Compras, Existências e sua Valorimetria;
- 3.6.5.- Análise do Imobilizado e verificação dos investimentos do ano;
- 3.6.6.- Análise dos critérios e cálculos de amortizações;
- 3.6.7.- Análise dos critérios e cálculos de provisões;
- 3.7. - Verificação documental dos gastos, perdas, rendimentos e ganhos relevantes do exercício e do cumprimento do princípio da especialização ou do acréscimo;
- 3.8. - Verificação da situação fiscal e perante a Segurança Social.
- 3.9. – Circularização a Advogados.
- 3.10 – Leitura das Atas da Assembleia Geral, Conselho Diretivo e do Conselho de Fiscalização, relativas ao exercício de 2018.
- 3.11 – Análise do Relatório e Contas do exercício de 2018, do Conselho Diretivo.

#### **4 - RELATÓRIO**

Como consequência do trabalho desenvolvido e das opiniões que temos parecido-nos conveniente realçar as seguintes conclusões:



- 4.1. -Foram feitas ao longo do exercício diversas reuniões com, Membros do Conselho Diretivo, Chefe dos Serviços Financeiros e Contabilista Certificada, nas quais se analisaram assuntos específicos da Associação e as contas trimestrais e se obtiveram os esclarecimentos tidos por necessários.
- 4.2.- A A.P.D.P. prosseguiu políticas contabilísticas que se enquadram na NCRF - ESNL
- 4.3. - As Demonstrações Financeiras relativas a 31/12/2018 estão conformes com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), prevista no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).
- 4.4. - As Demonstrações Financeiras relativas a 31/12/2018 estão conformes com os registos contabilísticos e os respetivos documentos de suporte.
- 4.5. – Relativamente ao Controlo Interno deve referir-se a inexistência de um Manual de Procedimentos global, que abarque de forma sistemática as diversas áreas operacionais, mas há evidência de serem praticados procedimentos de controlo interno de forma informal pelos principais responsáveis.
- 4.6. - Relativamente aos testes substantivos realizados salienta-se:
- 4.6.1. - A conta de Caixa (desagregada em Caixa-Sede, Caixa-Farmácia, Caixa-Ótica e Caixa-Fundos de Maneio) apresentava um saldo de 2.369,42 euros. Este saldo referia-se à Caixa-Sede, 1.954,42 euros e a onze fundos de maneio no montante global de 415 euros. Não foi

feita inventariação física do caixa à data de 31 de Dezembro, dada a pouca relevância material do saldo global.

4.6.2. - Foram obtidas e testadas trimestralmente as reconciliações de todas as contas de depósitos (à ordem e a prazo) em Instituições Bancárias. Em 31 de Dezembro, pôde concluir-se que os saldos de depósitos à ordem, bancários e da A.P.D.P., eram coincidentes relativamente à Caixa Geral de Depósitos Ótica, Caixa Geral de Depósitos/Projetos, Caixa Geral de Depósitos-Pay-Pal e Montepio Geral, tendo sido identificados os movimentos em trânsito que justificavam as diferenças de saldos nas contas, Caixa Geral de Depósitos e Caixa Geral de Depósitos-Farmácia. Estes movimentos, débitos e créditos, não apresentavam antiguidades elevadas e foram na sua generalidade, regularizados em Janeiro de 2019. Relativamente aos saldos da conta de Depósitos a Prazo, havia coincidência de saldos.

4.6.3. – Foi feita análise à conta de Clientes relativamente à antiguidade dos saldos e à sua natureza, tendo-se podido concluir que em Clientes/Utentes existiam muitas contas que não registaram qualquer recebimento, sendo que o saldo global em 31 de Dezembro de 2018 atingia o montante de cerca de 22.426,67 euros. No entanto, deve salientar-se que naquela data, foi constituída uma provisão no montante de 13.643,06 euros, pelo que a diferença de 8.783,61 euros se refere exclusivamente a verbas facturadas em 2018 que não foram objeto de qualquer liquidação. Quanto a saldos de natureza contrária existiam muitas contas, mas o seu valor global, cerca de 1.268,29 euros é materialmente irrelevante. Foram feitos pedidos de confirmações externas de saldos de Clientes que representavam cerca de 75% do saldo global reportado a 31 de Dezembro de 2018, tendo-se obtido respostas que representavam

cerca de 9% das contas circularizadas. Das respostas obtidas, registaram-se cerca de 6% de saldos coincidentes, tendo-se procedido às reconciliações das restantes. As diferenças de reconciliação representavam cerca de 11%, o que em valores absolutos correspondia a cerca de 20.679,11 euros. **Salienta-se o facto da ARS Lisboa não ter respondido ao pedido de confirmação do saldo, o qual representava cerca de 64% do total da conta, o que desde logo representa uma limitação de âmbito do nosso trabalho.** Relativamente ainda ao saldo global da dívida da ARS para com a APDP, em 31 de Dezembro de 2018 no montante de 1.643.499,55 euros, deve salientar-se que, o mesmo engloba verbas respeitantes a retenções do faturado, a título de garantia, com referência aos exercícios de 2017 a 2018. Acresce que estas verbas só vão sendo libertadas na medida em que são feitas auditorias aos diversos exercícios pela ARS, protelando em demasia os respetivos pagamentos, o que para além de ter significativo impacto na situação financeira da APDP, pode eventualmente ter também impacto económico, uma vez que podem vir a implicar anulação de rendimentos já contabilizados nos respetivos exercícios económicos. Relativamente aos exercícios de 2011 e 2012 a APDP fez em 2016 um ajustamento no montante de 739.872,86 euros dado que foram fechados os respetivos “Relatórios de Execução e Acerto de Contas Finais”. Durante o exercício de 2017 não foi fechado mais nenhum “Relatório de Execução e Acerto de Contas Finais”, tendo sido fechados em 2018 os relatórios referentes a 2013/2016, o que deu origem à contabilização de uma reversão no montante de 522.754,10 euros.. Deve ainda salientar-se que no exercício de 2017 a APDP contabilizou uma imparidade de 436.182,00 euros, relativa a excessos de faturação sobre os montantes definidos nos Protocolos com a ARS referentes aos exercícios de 2012 a 2016 e no exercício de 2018 fez um reforço de 97.251,03 euros relativo ao exercício de 2017.

Foram circularizados saldos de Fornecedores, referidos a 31 de Dezembro de 2018, que representavam cerca de 80% do saldo global, tendo-se obtido respostas que representavam cerca de 99,57% dos saldos circularizados. Das respostas obtidas cerca de 87% apresentavam saldos coincidentes com os da A.P.D.P., sendo que as diferenças de reconciliações apuradas representavam cerca de 1,9% do total das respostas obtidas. Dos dados anteriores pode concluir-se que os saldos de Fornecedores evidenciados na contabilidade da Associação eram adequados.

Relativamente a Outras Contas a Receber e a Pagar/Fornecedores de Investimentos, deve referir-se que foi confirmado externamente o saldo da conta PM – Equipamentos e Serviços, Lda. a qual representava cerca de 32% do saldo total da conta. Nos Devedores por Acréscimos de Rendimentos, há a salientar que existiam dois saldos devedores de 877.650,80 euros e 1.768.144,56 euros que se referiam a faturação que deveria ter sido emitida nos exercícios de 2017 e 2018 respetivamente, o que não se verificou até ao momento, alegadamente por problemas de codificação das cirurgias. Devem ainda referir-se os saldos das contas Remunerações a Liquidar, credor no montante de 414.413,08 euros e Credores Protocolo ARS, no montante de 1.730.096,19 euros, sendo que relativamente à primeira conta fez-se a análise dos cálculos efetuados e que relativamente ao segundo saldo o mesmo se refere a pagamentos efectuados pela ARS no âmbito do protocolo existente e cuja faturação ainda não foi emitida.

- 4.6.4. – Procedeu-se a análise de aquisições da A.P.D.P. tendo-se seleccionado diversos processos de compra. A seleção dos processos para análise foi efectuada de forma aleatória, tendo-se verificado se havia ou não nota de requisição, fatura de compra, evidência de conferência das facturas, classificações e lançamentos contabilísticos

e autorização de pagamento, tendo-se obtido fotocópias de diversos extratos de contas bem como dos respetivos documentos de suporte. Procedemos ainda ao “cut-off” das operações no sentido de verificar o cumprimento da especialização dos exercícios. Dos procedimentos executados pôde concluir-se haver um controlo adequado na área das aquisições.

Assistimos às contagens físicas das existências em 19 de Dezembro, na Farmácia e na Ótica da A.P.D.P. Foram obtidas as respetivas listagens, devidamente qualificadas e quantificadas (custo de aquisição), tendo-se concluído que relativamente à Ótica se apurou uma diferença de 22,03 euros para menos e que em relação à Farmácia se apurou uma diferença, também para menos, de 70,03 euros, diferenças que se consideraram materialmente irrelevantes.

- 4.6.5. - Relativamente ao imobilizado da A.P.D.P. há a referir que no exercício de 2013 foi implementado um cadastro dos bens devidamente atualizado e valorizado, conforme recomendação oportunamente feita. Os bens imobilizados sujeitos a registo obrigatório constantes no Balanço de 31 de Dezembro de 2018 foram confirmados no que respeita à sua existência e titularidade através da obtenção das respectivas Cadernetas Prediais Urbanas, as quais se encontram arquivadas no respetivo “dossier” permanente. Obtivemos documento através do “site” da AT-Autoridade Tributária e Aduaneira que confirma os bens imobiliários registados na contabilidade da A.P.D.P.. Procedemos ao controlo documental das aquisições/abates do imobilizado ocorridas no exercício de 2018, em cada trimestre, tendo-se obtido fotocópias dos documentos relativos aos movimentos mais relevantes, salientando-se que nenhum dos bens adquiridos no exercício estava sujeito a registo obrigatório.

- 4.6.6. – As amortizações do exercício foram feitas pelo método da linha reta e as taxas utilizadas as correspondentes aos períodos de vida útil esperada dos respetivos bens. Verificava-se uma diferença entre os valores constantes na contabilidade e nos mapas de amortizações de 2.174,58 euros, no que se referia às amortizações acumuladas. As amortizações do exercício e o imobilizado bruto eram coincidentes, na contabilidade e nos mapas de amortizações.
- 4.6.7. – No que concerne a Provisões/Ajustamentos deve referir-se que durante o exercício de 2018 se considerou um reforço da imparidade, relativamente a Clientes, (ARS) no montante de 97.251,03 euros, relativa aos excessos de faturação sobre os valores constantes nos protocolos com a ARS-LVT., referentes ao exercício de 2017, conforme já foi referido anteriormente. Relativamente à ARS foi feita uma reversão da imparidade relativa aos “Relatórios de Execução e Proposta de Acerto de Contas” de 522.754,10 euros, uma vez que foram fechados os relatórios referentes aos exercícios de 2013 a 2016. Ainda relativamente a imparidades deve referir-se o ajustamento feito em contas de Clientes/Utentes no montante de 13.643,06 euros.
- 4.7. – Procedemos a análise dos gastos contabilizados pela A.P.D.P. no exercício de 2018, com particular ênfase nas contas de Fornecimentos e Serviços Externos, em Gastos com Pessoal e Outros Gastos e Perdas. Foram obtidos extratos contabilísticos das contas anteriormente referidas bem como fotocópias dos principais documentos de suporte.
- 4.8. Procedemos igualmente à apreciação dos rendimentos contabilizados pela A.P.D.P, com especial realce para a faturação emitida, tendo-se efetuado a análise do processo de faturação da prestação de serviços, feita no exercício. À semelhança do que foi feito relativamente às Compras, também relativamente à faturação das Prestações de Serviços foi feito o

“cut-off” das operações, de forma a verificarmos o cumprimento do princípio da especialização dos exercícios. Verificou-se que foram emitidas duas faturas com data de 4 de Janeiro de 2018 nos montantes de 7.616,01 euros e 2.159,78 euros que deviam ter sido acrescidas aos rendimentos contabilizados em 2017. No entanto, os referidos valores são muito inferiores ao índice de materialidade definido para a APDP, pelo que tal facto não é qualificado na Certificação Legal das Contas.

Relativamente a preços, os valores praticados pela A.P.D.P. resultam de acordos com as diversas entidades, nomeadamente com a ADSE, ARS e ACSS, os quais vigoram durante os períodos de tempo acordados, não tendo havido alterações materialmente relevantes no exercício de 2018..

4.9. Verificámos o cumprimento do princípio da especialização dos exercícios no que se refere a remunerações a pagar, respectivos encargos e seguros. Salienta-se, no entanto, que a A.P.D.P. não observou este mesmo princípio no que concerne às quotas dos associados, sòmente contabilizando as mesmas pela respetiva cobrança. Apesar desta derrogação, concordamos que a mesma proporcionará a obtenção de um resultado mais rigoroso do que aquele que se obteria se se tivesse aplicado o referido princípio.

4.10 - Controlámos a situação fiscal e perante a segurança social da A.P.D.P. tendo podido concluir que os saldos credores existentes à data de 31 de Dezembro de 2018, foram liquidados dentro dos prazos legais, no início de 2019. Obtivemos certidões da Autoridade Tributária e da Segurança Social, atestando a regularidade de todas as situações da Associação à data de 02 de Janeiro de 2019.

- 4.11 – Obtivemos carta da sociedade “Pares Advogados” na qual é feito o ponto da situação de diversas ações judiciais que correm seus trâmites contra a APDP. Não foi quantificada qualquer verba relativa a responsabilidades da APDP, dado que os processos se encontram numa fase embrionária, pelo que não existe relevância contabilística de tais situações, que poderão ser consideradas como contingências.
- 4.12. – Procedemos à leitura das atas das Assembleias Gerais da A.P.D.P. e das reuniões do Conselho Diretivo e da Comissão de Fiscalização ocorridas durante o exercício de 2018, tendo apreciado as Ordens de Trabalho e as respetivas deliberações, nada havendo de especial a salientar.
- 4.13. – Analisámos o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho Diretivo com o objetivo de verificar o cumprimento dos requisitos legais e demais legislação aplicável. O referido documento, aborda os aspetos importantes da atividade desenvolvida ao longo do ano. Tivemos especial cuidado em verificar a concordância da informação financeira contida no Relatório, com as demonstrações financeiras que constituem o processo de fecho de contas do exercício de 2018, o que efetivamente se verificou.

## **5 – RECOMENDAÇÕES**

- 5.1. - Reconciliações sistemáticas, ao longo dos exercícios, dos saldos com entidades terceiras, fundamentalmente com Clientes;
- 5.2. - Elaboração dum Manual de Procedimentos que abarque as áreas contabilísticas e financeiras o que contribuirá de forma significativa para um aperfeiçoamento do controlo interno.



- 5.3 - Analisar o contrato de arrendamento celebrado com a “Volkswagen Group Services, Unipessoal, Lda.”, uma vez que as verbas contabilizadas como rendimentos foram diferentes das previstas no referido contrato de arrendamento relativamente às rendas cobradas no exercício de 2018.
- 5.4 – Deverá ser resolvido com urgência o problema da não facturação à ARS dos serviços prestados relativos a cirurgias e às vendas de bombas de insulina, situação que se vem mantendo ao longo dos últimos exercícios.

#### **6 – NOTA FINAL**

Por último uma palavra de agradecimento ao Conselho Diretivo da A.P.D.P., pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas, ao longo do exercício de 2018, agradecimento extensivo ao Diretor Financeiro, Dr. Miguel Antão e à Contabilista Certificada, Dr<sup>a</sup>. Raquel Figueiredo Gomes e demais responsáveis com quem contactámos.

Lisboa, 13 de Março de 2019

#### **O FISCAL ÚNICO**

**ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES SROC – LDA.**

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “A.P.D.P. – Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, I.P.S.S.”, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 14.365.427,54 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.820.043,17 euros, incluindo um resultado líquido de 783.523,84 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### **Bases para a opinião com reservas**

Não foi obtida resposta da ARS ao pedido de confirmação externa do seu saldo como Cliente, o qual por si só representava cerca de 64% do saldo global da conta, bem como as respostas dos Clientes obtidas representavam somente cerca de 9% das circularizadas, o que não nos permite concluir objetivamente sobre o saldo da conta de Clientes, constituindo uma limitação de âmbito ao nosso trabalho.

A APDP reconheceu rendimentos no exercício de 2018 nos montantes de 1.266.544,56 euros e 501.600,00 euros relativos a faturação a emitir em 2019 para a ARS-LVT referente a cirurgias e a bombas de insulina. Os valores a faturar, preliminares, foram estimados e carecem de ratificação por parte da ARS-LVT, situação que constitui limitação de âmbito do nosso trabalho.

#### **Reservas**

1 – As respostas obtidas de Clientes não permitem concluir objectivamente sobre a adequabilidade dos saldos evidenciados na contabilidade da A.P.D.P., o que constitui limitação de âmbito do nosso trabalho.

2 - A APDP reconheceu rendimentos no exercício de 2018 nos montantes de 1.266.544,56 euros e 501.600,00 euros relativos a facturação estimada a emitir em 2019 para a ARS-LVT, a qual terá que ser ratificada por esta Entidade, não havendo certeza da sua aceitação o que constitui limitação de âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As

nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Ênfase**

Foi derogado o princípio da especialização dos exercícios no que concerne à contabilização das quotas dos associados. A A.P.D.P. procede à sua contabilização pelo efetivo recebimento, não relevando contabilisticamente o valor das quotas não recebidas do exercício, nem a respetiva imparidade, o que no entanto não tem impacto nem na situação patrimonial nem no apuramento do resultado do exercício, conforme Nota nº 3.1.2 do Anexo às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com

base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 13 de Março de 2019

“António Belém & António Gonçalves, SROC – LDA.”

Representada por

António Maria Velez Belém

ROC nº 768

## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Senhores Associados,

Nos termos legais vimos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório Anual do Conselho Diretivo e as Demonstrações Financeiras da “APDP – Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, IPSS” relativas ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezoito.

No decorrer do exercício acompanhámos com assiduidade a atividade da Associação e a sua gestão, tendo efetuado diversas reuniões e obtido todas as informações consideradas necessárias ao desempenho das nossas funções.

Analisámos o processamento da contabilidade no sentido de testar a sua adequabilidade ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e respetiva norma para Entidades do Sector Não Lucrativo., tendo-se concluído pelo respetivo cumprimento.

Verificámos com regularidade os registos contabilísticos e documentos de suporte, bem como analisámos as Demonstrações Financeiras trimestrais, não tendo detectado quaisquer situações menos regulares.

A Associação prosseguiu consistentemente políticas contabilísticas que vinha adotando nos exercícios anteriores.

O teor do Relatório Anual da Fiscalização Efetuada (RAFE) descreve em pormenor os procedimentos e trabalhos que consubstanciaram a nossa atividade de fiscalização e a respetiva Certificação Legal das Contas emitida na modalidade de “Com reservas e ênfase” expressa as conclusões obtidas.

O Relatório do Conselho Diretivo está conforme a legislação em vigor, complementa a informação contida nas Demonstrações Financeiras e salienta os aspetos mais importantes ocorridos no exercício, perspectivando ainda a evolução da Associação.

De acordo com as normas aplicáveis procedemos a testes e indagações sobre a ocorrência ou não de factos subsequentes ao encerramento do exercício, que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial ou os resultados apurados, não se tendo tomado conhecimento de nenhuma ocorrência que revestisse tais condições.

Face ao anteriormente, descrito, somos de parecer:

- A. Que sejam aprovados o Relatório e Contas do Conselho Diretivo referentes ao exercício de 2018;
- B. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho Diretivo no seu Relatório de Atividades e Contas, relativo ao exercício de 2018.

Finalmente, pretende o Fiscal Único agradecer toda a boa colaboração prestada ao longo do exercício pelos diversos responsáveis com quem contactámos.

Lisboa, 13 de Março de 2019

O FISCAL ÚNICO

“António Belém & António Gonçalves, SROC, LDA.”

Representada por  
António Maria Velez Belém  
ROC nº 768